



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado Economia

Especialização: Economia Regional e Desenvolvimento Local

Relatório Profissional

**A Internacionalização de Municípios como factor de Desenvolvimento
Económico e Social**

Elaborado por:

Luís Fernando Marques Charneira

Orientador:

Prof. Dra. Maria da Conceição Peixe Rego

Évora

Novembro, 2012

*Às mulheres da minha vida,
Ana, Rita e Filipa
com todo o amor deste mundo*

Resumo

O estudo da internacionalização de municípios (governos locais) é hoje um tema emergente das relações internacionais, na medida em que o estabelecimento dessas relações promove uma economia mais forte e desenvolve laços permanentes que podem contribuir para a economia local e promover um desenvolvimento económico sustentável, com ganhos múltiplos para as populações.

O objectivo deste trabalho é perceber a importância que a internacionalização dos governos locais pode ter e qual a melhor forma para o efectivar, com relevância para os processos de geminação e participação em redes. Analisámos os tipos de internacionalização mais frequentes e o conteúdo dos processos de geminação, bem como a política europeia que promove este estabelecimento de parceria, que a UE considera como um importante instrumento para a consolidação do projecto europeu. Fazemos uma pequena abordagem ao financiamento disponível. A metodologia utilizada passou por uma análise teórica e interpretação de documentos oficiais e de instituições europeias.

Palavras - Chave

Governos Locais, Paradiplomacia, Geminações,

Abstract

Title: The Internationalization of Municipalities as a factor of Economic and Social Development

The study of internationalization of the municipalities (local government) is now an emerging theme in international relations since the establishment of these relations promotes a stronger economy and develops permanent links that can contribute to the local economy and promote sustainable economic development, with earnings multiples for stocks. The aim of this work is to realize the importance of the internationalization of local governments can take and what is the best way to achieve, with relevance to the process of twinning and participation in networks. We examined the types of internationalization more used and the contents of the twinning process, as well as European policy that promote the establishment of partnership, which the EU considers as an important instrument for the consolidation of the European project. Make a small approach to financing available. The methodology used was a theoretical analysis and interpretation of official documents and the European institutions.

Keywords

Local governments, Para-diplomacy, Twinning

Agradecimentos

- Em primeiro lugar, uma palavra á minha orientadora e amiga, Conceição Rego que desde o início sempre mostrou grande empenhamento e disponibilidade para me apoiar na realização do trabalho, contribuindo sempre de uma forma célere com considerações que em muito enriqueceram o trabalho. A sua amizade, disponibilidade e palavras de incentivo foram fundamentais, o meu muito obrigado.
- A todos os meus amigos, que sempre me incentivaram para a realização dos meus projectos e que felizmente alguns me acompanham ao longo da vida, outros mais recentes não têm sido menos importantes, a todos o meu obrigado por fazerem parte da minha vida.
- Aos meus queridos pais, José e Zulmira, por tudo o que fizeram por mim e pelo imenso orgulho que tenho a certeza têm de tudo o que tenho feito ao longo da minha vida, fruto dos valores que me transmitiram. Também à minha irmã Paula e sobrinho Pedro que desde sempre acompanharam este meu percurso. Um beijo enorme.
- À minha mulher Ana Charneira, cúmplice neste caminho de vida que temos feito em conjunto, pela sua paciência pelas horas que retirei á família para a concretização de projectos pessoais e pelo seu incentivo, que tem sido desde sempre um pilar fundamental da minha vida. Um beijo do tamanho do mundo, com muito amor.
- Às minhas filhas Rita e Filipa, pelo constante amor que sinto da sua parte e pela generosidade que sempre demonstraram em momentos mais amargurados e mais ausentes que tenho tido para com elas. Afinal são o meu orgulho. Beijo com muito amor.

INDICE

Índice de anexos.....	7
Índice de Quadros, Gráficos e Mapas	8
Abreviaturas e Siglas.....	9
1 – INTRODUÇÃO.....	10
2 – INTERNACIONALIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS.....	12
2.1 - As cidades e vilas como pólos de desenvolvimento num mundo globalizado.....	12
2.2 - Mecanismos de Internacionalização.....	19
2.3 – Política Europeia para os Municípios.....	28
2.4 – A realidade portuguesa.....	42
2.5 – Desafios e oportunidades.....	46
2.6 – Bibliografia	48
3- CURRICULUM VITAE DETALHADO.....	53
3.1 – Curriculum Vitae	53
3.2 – Análise detalhada.....	65
4 – CONCLUSÃO.....	73
5 – ANEXOS.....	76

Índice de Anexos

Anexo nº 1: Certificado de licenciatura.....	A1
Anexo nº2: Certificado de pós graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional.....	A2
Anexo nº 3: Certificado de Master Business Administration (MBA).....	A3
Anexo nº 4: Certificado de pós graduação em Estratégia e Desenvolvimento Empresarial.....	A4
Anexo nº 5: Certificado do Curso de Gestão Pública na Administração Local.....	A5

Índice de Quadros, Gráficos e Mapas

Mapa nº1 – Numero de Governos Locais geminados.....	34
Quadro nº1 – Numero médio de geminações por município na Europa a 27.....	35
Gráfico nº1 – Média de geminações por município	36
Quadro nº 2 – Numero de geminações na Europa a 27	38
Quadro nº 3 – Programa “ Europa para os cidadãos 2007 / 2013”	40
Quadro nº 4 – Numero de projecto “Europa para os cidadãos 2007 / 2013”	41
Gráfico nº 2 – Numero de geminações em Portugal por origem geográfica	44

Abreviaturas ou Siglas

AMDS – Associação de Municípios do Distrito de Setúbal

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

CCDR-LVT – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCRE / CMRE – Conselho de Municípios e Regiões da Europa

CEFA- Centro de Estudos e Formação Autárquica

CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DAET – Divisão de Actividades Económicas e Turismo da Câmara Municipal da Moita

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEADER – Fundo Europeu de Apoio ao Desenvolvimento do Espaço Rural

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FSE – Fundo Social Europeu

IFADAP – Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

INTERLOCAL – Rede Ibero Americana de Cidades pela Cultura

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa

ONU – Organização das Nações Unidas

PLOP'S - Países de Língua oficial Portuguesa

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UE – União Europeia

1 – Introdução

O percurso profissional que vamos fazendo ao longo da vida é determinante para a percepção do mundo que nos rodeia e para o desenvolvimento de interesse em temas que entendemos serem importantes para a melhoria desse próprio mundo.

Ao inscrever-me no mestrado em Economia, ramo Economia Regional e Desenvolvimento Local, e tendo em conta a minha experiência profissional e a leitura que faço das experiências que tive, leva-me a tentar perceber qual o contributo que os municípios ou governos locais - como prefiro chamar - podem ter para o desenvolvimento do País e a importância para uma economia regional reforçada. Podia analisar os governos locais de diversas perspectivas mas, perante o mundo globalizado, interessa-me perceber de que forma a internacionalização dos mesmos pode gerar mais-valias para as populações e contribuir para o desenvolvimento do País.

Numa altura em que, após 38 anos da instalação do regime democrático e 36 sobre a implantação de um poder local democrático, os governos locais têm novos desafios para a concretização dos seus projectos, sejam pelos recursos financeiros serem escassos, seja por uma lógica de desenvolvimento em que os territórios competem entre si para a atractividade de populações e investimentos e, na medida em que muitos dos problemas estruturais dos territórios estão resolvidos ou próximos da sua resolução, como por exemplo o acesso a água potável, energia, saneamento, estradas, na maioria dos territórios (municípios) em Portugal, mais que o crescimento em quantidade, o desafio agora é a qualidade de vida que se pode dar às populações e de que forma o poder político promove um desenvolvimento económico sustentável e patrocina uma economia local que garanta os recursos necessários às pessoas.

A análise que pretendemos fazer centra-se em perceber o papel dos governos locais nesta *Low Politics* ou política de 2º nível, numa esfera sub-nacional com políticas diretamente relacionadas com a vida das pessoas e que reflexos têm para a promoção e a criação de um desenvolvimento económico e social de forma sustentado.

Assim, analisaremos quais os mecanismos de internacionalização mais utilizados pelos governos locais (que no caso português se trata de municípios); observaremos a realidade portuguesa com especial enfoque na internacionalização dos municípios

suportada por acordos ou protocolos de gemação, a realidade europeia também será objecto de análise, em especial, a política europeia direccionada ao estabelecimento de relações internacionais dos governos locais.

No fundo, trata-se de compreender até que ponto as relações internacionais dos nossos municípios e o seu reforço podem criar condições para uma prática política mais objectiva e centrada no desenvolvimento económico e incentivadora da economia local e regional.

Este trabalho surge do também na sequência da atividade profissional enquanto Chefe da Divisão de Atividades Económicas e Turismo (DAET) da Câmara Municipal da Moita, concelho do distrito de Setúbal. Além disso, temos desempenhado também atividade como consultor, desde 1992, em diversos projectos a nível da região de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa e sempre temos tido bastante interesse nas questões de desenvolvimento regional, particularmente na análise da forma através da qual se pode articular com uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Outro facto importante é também a percepção que os governos locais estão numa nova fase da sua existência, onde é necessário introduzir novas práticas políticas e maneiras de olhar para o que nos rodeia e aproveitar o que de bom se faz, sem limitação geográfica.

Neste trabalho, procuraremos perceber como as cidades e vilas podem ser pólos de desenvolvimento num mundo cada vez mais globalizado, quais os mecanismos que possuem para efectivar essa internacionalização e a política europeia dirigida aos municípios e que contêm em si recursos financeiros à disposição dos governos locais para o desenvolvimento de projectos e parcerias.

Analisaremos a realidade portuguesa e o envolvimento dos governos locais nesta nova realidade internacional e apontaremos aquilo que entendemos como desafios e oportunidades para os governos locais concretizarem o desafio da internacionalização e, com isso, criar novos meios de gerar desenvolvimento local e reforçar a economia local.

Por último, será feita uma análise detalhada do *Curriculum Vitae*, onde se realça a experiência e contributos para esta temática.

2 - Internacionalização de Municípios

2.1 - As cidades e vilas como pólos de desenvolvimento num mundo globalizado

No dicionário Michaelis (2002), cidade é definida como o centro urbano, sede de município, um aglomerado permanente, relativamente grande e denso, em comparação com as comunidades rurais que se aglutinam no seu limítrofe, e que contêm indivíduos socialmente heterogéneos.

A cidade é local de encontro e desencontro. Neste lugar, as trocas acontecem, a cultura toma corpo, a educação existe, a saúde aperfeiçoa-se e o desporto exerce-se. Criam-se grupos sociais que se envolvem em conflitos políticos e, neste lugar de indivíduos tão heterogéneos, também se criam as raízes da violência e da escassez.

As cidades são assim um espaço apaixonante de tensões sociais e empreendedoras de novas dinâmicas. O indivíduo na cidade descobre por si mesmo particularidades da partilha e do estabelecimento de relações.

Desta definição de cidade como espaço centralizador que caracterizou a Europa desde o séc. XIX, assiste-se hoje à existência de megacidades, com milhões de habitantes e, normalmente, associados a estas encontram-se graves problemas sociais, o que retira a cidades mais pequenas o espaço de manobra para aproveitamento das políticas públicas ou a capacidade de se afirmarem como alternativa de habitat em relação às grandes metrópoles.

É neste crescente assumir do papel das cidades e vilas na organização dos Estados e como pólos do exercício político, que o estabelecimento de relações internacionais, quer económicas, sociais ou culturais, surge como uma solução para o desenvolvimento da sua capacidade territorial e, ao mesmo tempo, contribui para o reforço da coesão territorial em termos nacionais e europeus.

Este conceito de coesão territorial é hoje um dos desígnios fundamentais da Europa e dos grandes Estados, tendo em conta a diversidade de aglomerações urbanas e os

problemas da concentração de recursos em áreas urbanas em contraponto com a desertificação das áreas rurais, tal como está definido no Livro Verde para a coesão territorial, editado pela Comissão Europeia em 2008.

Este fenómeno é praticamente comum a todos os países do mundo na medida em que, tal como Simões Lopes (2002) refere: “ a permanência e em muitos casos, o agravamento dos desequilíbrios, determinou o empobrecimento em recursos humanos das áreas mais desfavorecidas, empobrecimento que se traduz quantitativamente, no seu envelhecimento e na perda dos seus elementos dinamizadores mais válidos. De facto, o atraso em fazer chegar o desenvolvimento às pessoas tem levado as mais capazes a procurar o desenvolvimento, tantas vezes ilusoriamente, por força das imagens frequentemente distorcidas que os mais potentes instrumentos de comunicação social lhes levam. ”

Esta reflexão é característica de cidades e vilas nos meios rurais ou com pouca atratividade para as pessoas, concretamente pela falta de oportunidades profissionais, investimento e equipamentos.

Ao contrário, os grandes aglomerados urbanos como as áreas metropolitanas, onde as pessoas procuram o desenvolvimento (conceito que se traduz, no acesso das pessoas, onde estão os bens e serviços e às oportunidades que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas. (Lopes, 2002)), têm ao longo do tempo problemas que se propagam a nível territorial e que constituem desafios permanentes para os decisores políticos. A elevada concentração de meios, aliada a densidades populacionais de grande pressão sobre o território, determinam a necessidade de promover um desenvolvimento regional que permita às regiões mais desfavorecidas de recursos, o acesso aos mesmos instrumentos que as grandes cidades.

Porque os problemas das áreas metropolitanas são mais expressivos, porque não são escamoteáveis, nem escamoteados, porque são imediatamente e visivelmente graves e, sobretudo, porque a força de pressão do voto é aí progressivamente mais marcada, dado que a população não diminui e tem grande capacidade reivindicativa, o risco está eminente. Existe, de concentração da atenção e dos meios na resolução de problemas da “metropolitaneidade” deixando, na prática, como menos relevantes, os da

“interioridade“ que nunca encontraram força suficiente para serem resolvidos. (Lopes, 2002).

A realidade é assim um permanente desafio na afirmação das cidades enquanto pólos de desenvolvimento, enquanto ao Estado cabe o criar de condições para a redução das assimetrias que existem, se bem que o desenvolvimento tem gerado cidades cada vez maiores e áreas metropolitanas que “engolem” cidades periféricas, despojando-as de meios para fazer face aos novos desafios do ordenamento urbano e social consequente da fixação de novas populações.

Não pode dizer-se por isso, que a conjuntura seja favorável à instalação de práticas políticas que combatam definitivamente os desequilíbrios regionais (Lopes, 2002). Se, em 2002, era esta a perspectiva acerca do desenvolvimento regional, claramente desde aí não tem sido o tempo de aposta num desenvolvimento regional e local por parte dos decisores políticos a reboque de uma conjuntura económica de problemas prementes numa lógica nacional.

Mas, numa altura em que se exige que as cidades e vilas participem cada vez mais no desenvolvimento das regiões, fruto de um conjunto de condições de comunicação e acessibilidades que promovem o esbater das distâncias quer físicas, quer territoriais, torna-se pois interessante perceber de que forma as cidades e vilas, ao relacionarem-se internacionalmente, podem promover melhores políticas e contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das pessoas e garantir de uma forma sustentada que o futuro seja melhor que o presente e permitindo-se afirmar como um pólo de desenvolvimento local e regional.

No fundo, trata-se de perceber se o alargar das fronteiras e o contacto com outras realidades e níveis de desenvolvimento, podem interferir na prática política por parte daqueles que são mandatados através de eleições.

A internacionalização de municípios surge assim como um desafio para os próprios municípios, mas também para as populações na medida em que apela ao seu envolvimento com vista à criação de condições para um desenvolvimento sustentado.

Esta internacionalização pode caracterizar-se em vários domínios e incidir sobre toda a população ou grupos da população, nomeadamente através de programas específicos, fixação de investimentos, fluxos migratórios, troca de população estudantil, iniciativas de cariz cultural ou outras que promovam ações de desenvolvimento económico e envolvimento da economia local criando sinergias numa lógica de ganhos recíprocos.

O sistema internacional tal como o conhecemos e que emana do Tratado de Paz Westphalia¹ em 1648, estabelece as bases do Estado moderno que norteou toda a organização política dos Estados até aos dias de hoje. Essas bases assentam em dois princípios fundamentais: a exclusividade de um território e a não interferência de estranhos nos assuntos internos de cada Estado, consagrando assim o princípio da soberania dos Estados.

O reconhecimento destes dois factores provoca naturalmente a igualdade jurídica entre Estados, permitindo o funcionamento do sistema internacional.

O Estado, a nível interno, detém o poder supremo e reconhecido, tendo a legitimidade para o exercício da sua autoridade, enquanto numa perspectiva externa por força da soberania conquistada, era totalmente independente em relação a outros Estados e não podendo sofrer ingerência ou intervenção vinda do exterior. O Estado, neste sistema internacional, caracteriza-se por um território soberano e delimitado por fronteiras que “ não se trata somente de fronteiras físicas que separam um Estado soberano de outro. Constitui, também, fronteiras culturais que separam identidades colectivas distintas, o interno do internacional. No interior das fronteiras impostas pelo Estado soberano, existe uma ordem com direitos e obrigações reconhecidos, fora há outra ordem com suas próprias normas, diferentes em geral pouco conhecidas.”.

Por sua vez, o facto de os Estados estarem territorialmente organizados em estruturas de poder mais pequenas, numa dimensão subnacional,- por exemplo, Estados (em Estados Federais), Províncias, Regiões, Municípios, Freguesias -, conferem a essas subunidades do Estado, capacidade de intervenção política fundamental para o

¹ Tratado de Paz Vestefália, que na verdade encerra em si um conjunto de tratados que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), em especial no centro da Europa. Tratado este que é reconhecido como o tratado fundador do novo sistema internacional de organização dos Estados.

desenvolvimento económico local de uma forma sustentável, através de uma política suportada pela subsidiariedade.

O reforço destas unidades subnacionais provoca claramente que muitas das decisões nos dias de hoje, que afectam directamente as populações, são tomadas a um nível internacional ou local, sem que exista uma interferência directa da esfera nacional.

A este novo paradigma das relações internacionais dos Estados, que surge no meio académico no final da década de 70 e início de 80, chamou Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos² de *Paradiplomacia* na sequência das discussões em torno do novo federalismo dos Estados. (Aguirre,1999).

Dado ser um tema de concepção teórica recente, ainda existe muita discussão acerca do âmbito do mesmo, bem como bibliografia ainda escassa.

Para Ivo Duchacek (1990), este tipo de fazer diplomacia apelidava-se de microdiplomacia, tendo Soldatos estabelecido o conceito central ao definir como “actividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes Estados e respectivas investidas internacionais desses governos em diferentes áreas com a utilização de meios mais ou menos formais.” (Soldatos, 1990). Perante esta nova abordagem, deixou Duchacek cair o termo de micro, que continha em si e na visão de outros autores, um carácter depreciativo nas relações entre as várias esferas de poder.

Já Der Derian (1987) tem uma abordagem considerada como neoclássica e que entende a Paradiplomacia como sendo “uma forma de diplomacia não-governamental, não importando o nível da sua ocorrência”, reforçando aqui o papel de todas as estruturas do Estados e seus actores, não confinando somente ao poder político, podendo outras organizações (Ong’s, associações profissionais, etc.) contribuirem também para o reforço e desenvolvimento das relações Internacionais dos Estados.

Outro autor e pensador desta temática, Brian Hocking (1993) tenta apresentar uma alternativa ao inicialmente previsto por Soldatos e Duchacek, que existiria uma certa

² Professor Ivo Duchacek, Universidade da Cidade de Nova York e Professor Panayotis Soldatos, da Universidade de Montreal – Canadá, são considerados os pioneiros na utilização do termo paradiplomacia e sua construção teórica

competição e prováveis conflitos entre os governos centrais e os governos locais, numa lógica de competências. Hocking define, por isso, uma “*multilayered diplomacy*”, que em tradução livre se denomina “Diplomacia em diferentes camadas”. Esta abordagem reforça que a Paradiplomacia seria uma pós-diplomacia dos Estados, complementando a sua ação e não concorrendo com o mesmo.

Paradiplomacia surge, assim, como a nova forma de relação com o exterior onde o Estado não é o principal interlocutor, passando esse papel para um conjunto de estruturas subnacionais (doravante governos locais) que desenvolvem um conjunto de ações que vários autores caracterizam como *Low Politics*, estando reservado para a diplomacia a *High Politics*.

A *Low Politics*, ou política de 2º nível, encerra assim temas como a protecção do meio ambiente, captação de investimentos, turismo, organização territorial, intercâmbio cultural, entre outros que podem ser tratados a um nível mais subnacional e direccionados às populações.

A *High Politics* é o campo por excelência para o exercício da diplomacia competência do Estado na medida em que tal como escreve (Calvet de Magalhães, 1996) a diplomacia consiste num instrumento de política externa, para o desenvolvimento de contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes.

Logo, a *High Politics* ocupa-se da segurança nacional, a defesa do Estado, tratados internacionais, a realização de alianças e tudo o que ponha em questão a soberania do Estado e o seu relacionamento com os outros estados soberanos.

No artigo 7º da Constituição da República Portuguesa³ referente às relações internacionais, no seu nº 1 refere o seguinte; “ 1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios de independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos povos, da igualdade entre estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade”.

³ <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Os governos locais (Municípios), em Portugal, caracterizam-se nos dias de hoje como actores fundamentais e estruturantes da organização do Estado na medida que a sua proximidade às populações permite ou deverá permitir uma resolução mais célere dos problemas que afectam diretamente essas populações.

Na Constituição da República Portuguesa, esta análise é plasmada no artigo “Artigo 235.º - Autarquias locais;

1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.

2. As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.”

Já no seu artigo 236º: “ Categorias de autarquias locais e divisão administrativa;

1. No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

2. As regiões autónomas dos Açores e da Madeira compreendem freguesias e municípios.

3. Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica.

4. A divisão administrativa do território será estabelecida por lei.

Os Municípios são a instituição pública mais próxima do quotidiano das pessoas, sensível à dimensão humana e casuística dos problemas das famílias e das empresas. Daí a importância crescente dos municípios na estrutura da Administração Pública, com competências cada vez mais amplas, complexas e exigentes.

A sociedade contemporânea pretende alcançar uma base de organização solidária e defensora em domínios como urbanização, habitação, educação, saúde, transportes, qualidade alimentar, qualidade ambiental e paisagística, segurança, recreio e lazer, desporto, cultura, desenvolvimento económico, emprego, entre outros. Atualmente, todos os municípios portugueses contemplam estes domínios na agenda das suas tarefas e preocupações. O Estado vem, progressivamente, a reconhecer que a Administração Municipal é a mais vocacionada e apta para assumir tais competências.

2.2 - Mecanismos de Internacionalização

A internacionalização dos governos locais é pois hoje um tema emergente nas relações internacionais e, ao mesmo tempo, um novo desígnio na procura de novas perspectivas de desenvolvimento económico e social.

Com a globalização, por força da liberalização do comércio e dos movimentos de capitais, criaram-se as condições necessárias para uma crescente interdependência entre os Estados e a Economia. A melhoria de acessibilidades, bem como a maior inovação das novas tecnologias suportada por um desenvolvimento das relações entre os Estados e seus diferentes atores, gerou uma nova realidade em que o Estado deixa de ser o único interlocutor nas relações internacionais, para aceitar o surgimento de novos atores alguns emanados do poder político (governos locais), outros de organizações não-governamentais (ONG's) ou grupos de interesse e ainda de empresas multinacionais.

Na Europa, fruto de um conjunto de acontecimentos (queda do muro de Berlim, o fim da Guerra Fria, reforço da União Europeia), as relações internacionais deixaram de ser focadas na segurança e na política, para se focarem de uma maneira crescente nas questões económicas da diplomacia, dando origem ao conceito de diplomacia económica. Este conceito foi definido por vários autores como a ligação entre diplomacia e a economia. Carron de la Carriere (1998) refere que a diplomacia económica consiste na procura de objectivos económicos por meios diplomáticos, que não se apoiam apenas em instrumentos económicos para o fazer.

Já o embaixador Martins da Cruz (2006) define diplomacia económica como mais do que a simples soma da economia e da diplomacia, pois pressupõe uma harmonização de interesses nacionais e internacionais, que de outra forma, seriam tratados separadamente com os custos provenientes. A diplomacia económica não tem efeitos apenas nas esferas internacionais ou empresariais, ela mostra consequências ao nível do emprego, do ambiente, do desenvolvimento regional e isso reflete-se directamente na vida dos cidadãos, beneficiários últimos deste processo.

Também nos dias de hoje, a diplomacia económica está no centro da actividade diplomática e tal como é como explicitada na resolução do Conselho de Ministros nº 15 / 2006, a diplomacia económica é entendida como a actividade desenvolvida pelo Estado e seus institutos públicos fora do território nacional, no sentido de obter os contributos indispensáveis à aceleração do crescimento económico, à criação de um clima favorável à inovação e à tecnologia, bem como à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal.

Entendemos assim que, para os governos locais, o desafio coloca-se em pôr em prática uma verdadeira paradiplomacia com o reforço substancial do que chamaremos paradiplomacia económica.

A internacionalização de municípios deve assim assentar na lógica da importância que cada ator tem para o seu território e, por conseguinte, para o País mas também com o fenómeno da globalização, o que poderá fazer para obter ganhos reflectidos na qualidade de vida das suas populações. O desenvolvimento regional enfrenta assim um novo paradigma, mais do que criar laços e redes de cidades e vilas em termos internos, é importante procurar no exterior soluções económicas e de carácter político que possam ir ao encontro da lógica de desenvolvimento regional e, em especial, no caso dos municípios, ao desenvolvimento da economia local.

Esta acção paradiplomática, como é lógico, só tem sentido se efectuada em estrita colaboração com o ministério dos negócios estrangeiros e desenvolvendo ações paralelas na afirmação do País no exterior.

“ No processo de formulação da política externa, a paradiplomacia das cidades nas relações internacionais não deve ser vista como um risco à soberania e eficiência do

poder do estado nacional, mas antes, deve ser interpretada enquanto uma concepção de diplomacia descentralizada, que incorpora ações paralelas e mais democráticas na formulação da política exterior. Quanto mais actantes forem os atores subnacionais dentro do Estado Nacional, mais fortalecida será a descentralização e a democratização do poder...” (Senhoras, 2008)

Para Ivo Duchacec, as actividades paradiplomáticas dos governos locais podem incluir entre outras ações: manter escritórios permanentes em outras cidades, realizar viagens de promoção e divulgação no exterior, participar em feiras de comércio e investimentos, estabelecer zonas de comércio e a participação dos órgãos dos governos locais em organizações e conferências internacionais.

Se atentarmos à realidade portuguesa verificamos que muitas destas atividades já são desenvolvidas pelos governos locais, bem como outras que se prendem com a solidariedade e apoio a populações mais carenciadas.

Para uma efetiva paradiplomacia, e analisando as várias experiências internacionais, entendemos que as relações internacionais dos governos locais podem assumir um conjunto vasto de formas de atuação:

- Acordos de gemação para promoverem interesses comuns;
- Estabelecimento de acordos de cooperação;
- Promover a cooperação inter-regional multilateral e criação de associações transnacionais;
- Cooperação transfronteiriça entre territórios contíguos de diferentes Estados nacionais;
- Participação em delegações nacionais em missões e conferências com o objectivo de promover o seu território;
- Sedear eventos internacionais para promoção turística, de comércio ou para captação de investimentos;

- Participação em organizações internacionais a nível europeu ou mundial;
- Participação em organizações de governos locais à escala internacional;
- Criação em parceria, de centros de desenvolvimento de negócios internacionais, para desenvolvimento do tecido empresarial do município;
- Desenvolvimento de acções de solidariedade e ajuda humanitária;
- Desenvolvimento de programas de apoio aos naturais do município que residam no exterior;
- Participação em feiras ou outros eventos visando a promoção de produtos, serviços, tecnologia ou turismo do município.

Em Portugal, esta internacionalização assume, para os governos locais nos dias de hoje, fundamentalmente três formas:

- Geminação⁴ de cidades e vilas;
 - Acordos de cooperação⁵;
 - Participação em organismos internacionais de interesses específicos e comuns aos seus membros (redes de cidades).

As cidades nunca estiveram tão presentes no cenário internacional como agora, não só pela sua importância demográfica, mas também por serem o local em que concretizam os principais desafios da globalização. Prova disso, é o aparecimento de redes interdependentes e hierárquicas entre cidades.

⁴ *Geminação*, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, é o acto de estabelecer relações recíprocas entre duas coisas ou entidades

⁵ *Acordo de Cooperação*, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, trata-se de acto de colaborar para a realização de um projecto comum ou para o desenvolvimento de um campo do conhecimento ou acto de unir esforços para a resolução de um assunto ou problema, facilitando o acesso aos meios práticos para o conseguir e ainda política de ajuda económica e cultural a países menos desenvolvidos.

As redes de cidades têm vindo a revelar uma grande capacidade de desenvolvimento em número e qualidade, sendo um dos espaços naturais e um dos meios de afirmação das cidades no processo de afirmação das mesmas no cenário internacional. Os objectivos das redes de cidades são fundamentalmente criar um sistema de *lobby* para enfrentar terceiros; consolidar um espaço territorial, económico, político e demográfico mínimo para permitir a geração e a utilização de economias de escala e de aglomeração; afirmar no cenário internacional uma posição que permita o acesso e utilização de um número crescente de informação e a troca de experiências e tecnologias; alcançar funções de liderança e encontrar para as cidades uma posição que permita uma intervenção mais ampla (Borja; Castells, 1997: 205).

O rápido desenvolvimento das redes de cidades e, tendo em conta o seu fim último, criou vários tipos de redes: redes territoriais ou geográficas, redes com perfis específicos comuns e redes temáticas.

As redes de cidades são numerosas, pelo que escolhemos fazer referência a algumas com vocação universal e abertura a todos os governos locais do mundo e outras com objectivos de cooperação específicos:

- Cidades e Governos Locais Unidos (*United Cities and Local Governments*)

CGLU destaca-se como porta-voz de todos os tipos de governos locais - seja qual for o tamanho das comunidades que servem e representa e defende os seus interesses a nível global.

Com sede em Barcelona, a organização estabeleceu a seguinte meta: ser a voz unida e representação mundial dos governos locais autónomos e democráticos, promovendo os seus valores, objectivos e interesses, através da cooperação entre governos locais e a comunidade internacional.

Um plano de ação concreto da CGLU centra-se em:

- Reforçar o papel e a influência dos governos locais e organizações que os representam na governança global;

- Ser a principal fonte de apoio para o governo local democrático, eficiente e inovador, próximo do cidadão;

- Garantir a eficiência e a democracia nos governos locais membros, que representam mais de metade da população mundial;

Presente em 136 dos 193 países membros da ONU, os membros da CGLU são cidades individuais e associações nacionais de governos locais, representando todos os municípios e os governos locais dentro de um país.

Mais de 1.000 cidades em 95 países são membros directos da CGLU e 112 Associações de governos locais são membros da CGLU, representando praticamente todos os governos locais do mundo. A Europa é a região com o maior número de associações governamentais locais que representam 80% dos habitantes europeus.

Portugal está representado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e ainda por cidades e vilas em termos individuais: Abrantes, Faro, Gavião, Leiria, Lisboa, Palmela, Santarém, Silves e Viseu.

- Associação Mundial de Grandes Metrópoles (*Metropolis*)

Criada em 1985, em Janeiro de 2012 tinha 129 membros, a Associação Metropolis está representada por mais de 120 membros de todo o mundo e funciona como um fórum internacional para explorar questões e preocupações comuns a todas as grandes cidades e regiões metropolitanas. Metropolis também é a Secção Metropolitana de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

A cidade de Lisboa é a única representante portuguesa.

- Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CCRE/CEMR)

O Conselho dos Municípios foi fundado em Genebra, em 1951, por um grupo de Presidentes de governos locais europeus e, mais tarde, com o alargamento a

mais governos locais na europa tornou-se no Conselho dos Municípios e Regiões da Europa.

Hoje, é a maior organização de governos locais e regionais na Europa, os seus membros são mais de 50 associações nacionais de cidades, municípios e regiões de 40 países. Juntas, estas associações representam cerca de 100.000 autoridades locais e regionais.

O CCRE/CMRE funciona em muitos campos da atividade, tais como política regional de transportes, meio ambiente, igualdade de oportunidades, e governação. As suas comissões e grupos de trabalho procuraram influenciar os projetos de legislação da UE para garantir os interesses e preocupações das autoridades locais e regionais, são levadas em conta desde as primeiras fases do processo legislativo da UE.

O CCRE/CMRE é particularmente orgulhoso da sua rede única de geminação de cidades. Hoje, existem mais de 26.000 projetos de geminação que ligam cidades de toda a Europa. Sobre esta questão, o CMRE trabalha em estreita colaboração com a DG Educação e Cultura da Comissão Europeia.

Por último, o CCRE/CMRE é a secção europeia das Cidades Unidas e Governos Locais (CGLU).

Portugal está representado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

- União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), que também usa a denominação de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, é uma associação intermunicipal de natureza internacional, sem fins lucrativos.

A União tem por objectivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membros, pelo intercâmbio cultural, científico e

tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes.

Tem 18 membros efectivos (cidades capitais), 16 membros associados (cidades de importância histórica em cada país) e 39 membros apoiantes (empresas e organismos públicos dos diferentes países).

Portugal está representado por Lisboa, Coimbra e Guimarães.

- Interlocal – Rede Ibero Americana de Cidades pela Cultura

É uma rede de cidades que abarca a região ibero americana e que surge com o objectivo de fomentar a troca de experiências em gestão e políticas culturais dentro do espaço e competência dos governos locais. Pretende ainda gerar novos territórios de cooperação, observatórios e laboratórios centrados na cultura, como elemento de desenvolvimento transversal e integral das cidades e espaços metropolitanos.

Os seus membros são de praticamente todos os países centro e sul-americanos e da península ibérica. Portugal tem Almada e a Maia como cidades membros.

Podemos constatar que a nível internacional os governos locais têm encontrado formas de se associar para reivindicar um lugar nas relações entre os países e, ao mesmo tempo, criar sinergias para o desenvolvimento económico e social das suas populações.

Em Portugal, esta lógica da criação de rede para partilha de informações e desenvolvimento de projetos é uma realidade em que os governos locais tem vindo a envolver-se, com objectivos dos mais diversificados. A título de exemplo, faremos referência a algumas redes existentes mais ou menos ativas, mas todas com a preocupação de dotar os governos locais de mais ferramentas para fazer face aos desafios do desenvolvimento:

- Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis

- Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras

- Na Associação Nacional de Municípios (ANMP) foram criadas várias secções de municípios com especificidades e interesses comuns, que não são mais do que redes de municípios com temáticas específicas, a saber:

- Municípios com actividade Piscatória e Portos
- Municípios com Áreas Protegidas
- Municípios de Montanha
- Municípios com Actividade Taurina
- Municípios com Barragens
- Municípios com Termas

Atualmente, as Nações Unidas dialogam diretamente com as autoridades locais, para o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento do milénio⁶, fazendo com que os governos locais atuem cada vez mais como grupos de pressão no cenário internacional.

Esta realidade dá-nos uma dimensão global desta temática e a importância dos mesmos (governos locais) nas relações económicas internacionais e como actores fundamentais para o desenvolvimento social e político e em especial no estabelecimento de um mundo cada vez mais globalizado, mais próximo e cooperante.

Neste processo de internacionalização das cidades e vilas, assumem para nós especial atenção as geminações na medida em que pode proporcionar uma relação sustentada e de longa duração, proporcionando uma ligação entre os povos que pode ser gerador de factores de desenvolvimento e de partilha do ponto de vista económico e social.

⁶ “A Declaração do Milénio, adoptada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, veio lançar um processo decisivo da cooperação global no século XXI. Nela foi dado um enorme impulso às questões do Desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio, e com a aprovação dos denominados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) pela comunidade internacional, a serem atingidos num prazo de 25 anos, nomeadamente: Erradicar a pobreza extrema e a fome, Alcançar a educação primária universal, Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres, Reduzir a mortalidade infantil, Melhorar a saúde materna, Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças, Assegurar a sustentabilidade ambiental, Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.” *Fonte: www.cplp.org*

As geminações desenvolveram-se na forte convicção de que este tipo de laços entre municípios de cidades diferentes permitiria estabelecer uma rede universal de cidades que cimentasse relações de amizade, intercâmbio e solidariedade, e através da qual um cidadão de qualquer dessas cidades poderia beneficiar do bem-estar, do progresso e dos serviços que outra cidade oferecia, pelo simples facto de residir ou estar nela. (IPAD, 2010).

Esta visão das geminações parece-nos muito redutora e direccionada fundamentalmente para uma cooperação para o desenvolvimento, numa lógica norte - sul, quando entendemos que as geminações podem ser instrumentos muito importantes para o desenvolvimento social e económico dos territórios envolvidos, numa lógica *win - win*, bem como pode complementar e reforçar as relações internacionais dos Estados.

2.3 – Política Europeia para os Municípios

A lógica da realização de protocolos de geminação é fortemente apoiada pela União Europeia, que vê nesta forma de cooperação descentralizada um processo de consolidação do projecto europeu, com especial ênfase nas regiões transfronteiriças.

A Europa é hoje um espaço sem fronteiras onde a geminação é vista como um processo mais rápido de integração europeia e por outro lado gerador de programas e fixação de meios económicos, culturais e sociais.

“A geminação é o encontro entre dois municípios para agir em conjunto dentro de uma perspectiva europeia, de forma a enfrentar problemas e desenvolver laços cada vez mais fortes de cumplicidade e amizade entre um e outro.”⁷

Com estas palavras, Jean Bareth, um dos fundadores do CCRE/CMRE define geminação, após a Segunda Guerra Mundial em 1951. Hoje, com cerca de 30.000 ligações entre municípios europeus, podemos perceber como a geminação tem contribuído há mais de cinquenta anos para garantir a paz no nosso continente europeu.

⁷ Tradução livre do autor

Se tivéssemos de resumir o principal objectivo de uma geminação no contexto da construção de uma Europa unida, poderíamos dizer o seguinte:

- Geminação para troca;
- Troca para aprender;
- Aprender para compreender;
- Compreender para viver juntos

A este propósito, na 24ª edição dos Estados Gerais do Conselho de Municípios e Regiões da Europa⁸, no ponto 1 da sua declaração final, refere que “ Há muitos anos que a Europa tem vindo a desenvolver com sucesso projetos comuns e a derrubar barreiras e muros no processo de construção de uma sociedade mais equilibrada, justa, com base na cooperação e solidariedade”

Para a concretização de uma Europa mais próxima dos cidadãos “ A Europa deve fazer prova dessas qualidades de tolerância, de respeito e de abertura no domínio internacional- promover a paz e o diálogo intercultural, para resolver os conflitos, para vencer a pobreza e implementar os objectivos para o desenvolvimento do milénio. Acreditamos que estes objectivos podem ser fomentados através do reforço da cooperação internacional e da geminação entre cidades europeias com outras em países em desenvolvimento, principalmente em África, e através do compromisso pleno dos estados relativamente ajuda pública necessária para o desenvolvimento. Para alcançar esses objectivos, apoiamos o valioso trabalho da nossa organização mundial, Cidades e governos locais Unidos e também a Aliança das Civilizações”, tal como consta do número 8 da declaração final.

A Aliança de Civilizações é uma iniciativa, no âmbito das Nações Unidas, que busca mobilizar a opinião pública em todo o mundo para superar preconceitos e percepções

⁸ O Conselho dos Municípios (CEC) foi fundado em Genebra em 1951 por um grupo de prefeitos Europeus, antes de abrir suas fileiras para as regiões e se tornar o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE). Hoje é a maior organização das autoridades locais e regionais na Europa, seus membros são mais de 50 associações nacionais de municípios e regiões em 39 países, representando cerca de 100 mil cidades e regiões. Por último, o CMRE é a secção europeia da organização global unificada, Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). In www.ccre.org

equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogéneas. Tem como objectivo, contribuir para o estreitamento das relações entre sociedades e comunidades de atividade cultural e religiosa, diversas, assim como enquadrar a luta contra o extremismo na perspectiva da prevenção. A iniciativa atua em quatro áreas prioritárias: educação, juventude, meios de comunicação e migrações. Actualmente o alto representante do secretário-geral das Nações Unidas é o Dr. Jorge Sampaio, antigo presidente da República Portuguesa.

Para a União Europeia (2007),⁹ a ideia da gemação das cidades assenta na perspectiva que a gemação aproxima os municípios e, por conseguinte, une-os numa extensa rede de cidadãos, fundamental para uma verdadeira integração europeia.

As questões de desenvolvimento territorial e de coesão territorial são um factor decisivo na construção europeia, daí que a Comissão Europeia tenha elaborado um Livro Verde para a coesão territorial em 2008, que fundamentalmente traduz o sentir da Europa perante o alargamento do território e a heterogeneidade das suas populações.

A coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um factor de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a união Europeia. (Comissão Europeia, 2008).

Para esta ideia de coesão, contribui decisivamente as cidades e vilas europeias chamadas a participar mais ativamente na construção europeia, em especial após os Tratados da União Europeia e Amsterdão, com o reforço das suas responsabilidades e políticas de subsidiariedade de forma a potenciar a promoção de cidades sustentáveis e desenvolvidas. A Comissão Europeia reconhece que a cooperação e os fluxos de ideias, bens, serviços e capitais, também ao nível local são um sustentáculo fundamental para garantir a sustentabilidade de um projeto europeu, que funcione em rede em que cada um seja chamado a contribuir para num espaço territorial cada vez mais coeso.

⁹ Programa “Europa para os cidadãos 2007-2013”, Comissão Europeia

Os diferentes fundos estruturais da União Europeia (FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), FSE – Fundo Social Europeu, FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, atual FEADER - Fundo Europeu de Apoio ao Desenvolvimento do Espaço Rural) e o Fundo de Coesão, não são mais do que instrumentos que procuram corrigir assimetrias e promover a coesão, o crescimento e desenvolvimento económico e social em todo o território europeu, privilegiando em muitos programas a lógica dos governos locais na administração dos fundos para efetivação dos projectos.

Na política europeia de reforço da coesão territorial, assume especial importância também o Comité das Regiões, criado no âmbito do tratado da União Europeia de 1992 que é uma assembleia da união Europeia onde tem assentos os representantes locais e regionais de todos os estados membros. Trata-se da representação institucional de governos locais junto à governação da União Europeia, tem fundamentalmente como objectivo envolver os governos locais no processo de decisão europeia.

Portugal está representado por 24 membros, sendo 12 efectivos e 12 suplentes, como membros efectivos em 2012, estão os seguintes municípios: Baião, Lisboa, Fundão, Faro, Braga, Covilhã, Montemor-o-Novo, Amadora, Porto, Viseu e ainda os governos regionais da Madeira e dos Açores. A escolha dos membros por País é feita através das estruturas nacionais que em Portugal é a Associação Nacional de Municípios (ANMP).

“A nossa ação política é fundada na convicção de que a cooperação entre o nível europeu, nacional, regional e local, é indispensável para construir uma União cada vez mais estreita e solidária entre os povos da Europa e enfrentar os desafios da globalização. Cooperamos para o efeito estreitamente com a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União e, nos estados membros, com instituições dos diferentes níveis de poder a fim, nomeadamente, de promover a governação a vários níveis (Declaração de Missão, Comité das Regiões, 2009).

A cooperação entre municípios e o reforço da geminação entre os mesmos é para o comité das regiões um factor fundamental para a cooperação transnacional, conforme parecer do comité das regiões sobre a cooperação transfronteiriça e transnacional entre autarquias locais (1998).

No seu programa “Europa para os Cidadãos 2007-2013” (Comissão Europeia, 2007) a União Europeia expressa a importância que atribui aos processos de geminação e acordos de cooperação, por força de uma cooperação descentralizada cada vez mais efetiva;

“Há muito que a geminação de cidades é um importante mecanismo para o desenvolver a cidadania europeia activa e um sentimento de identidade partilhada. Uma das principais vantagens da geminação de cidades é o facto de envolver diretamente um elevado número de cidadãos, ilustrando os benefícios da integração europeia a nível local e ajudando os cidadãos de diferentes Estados membros a criarem laços e a desenvolverem um sentimento de identidade europeia comum”.

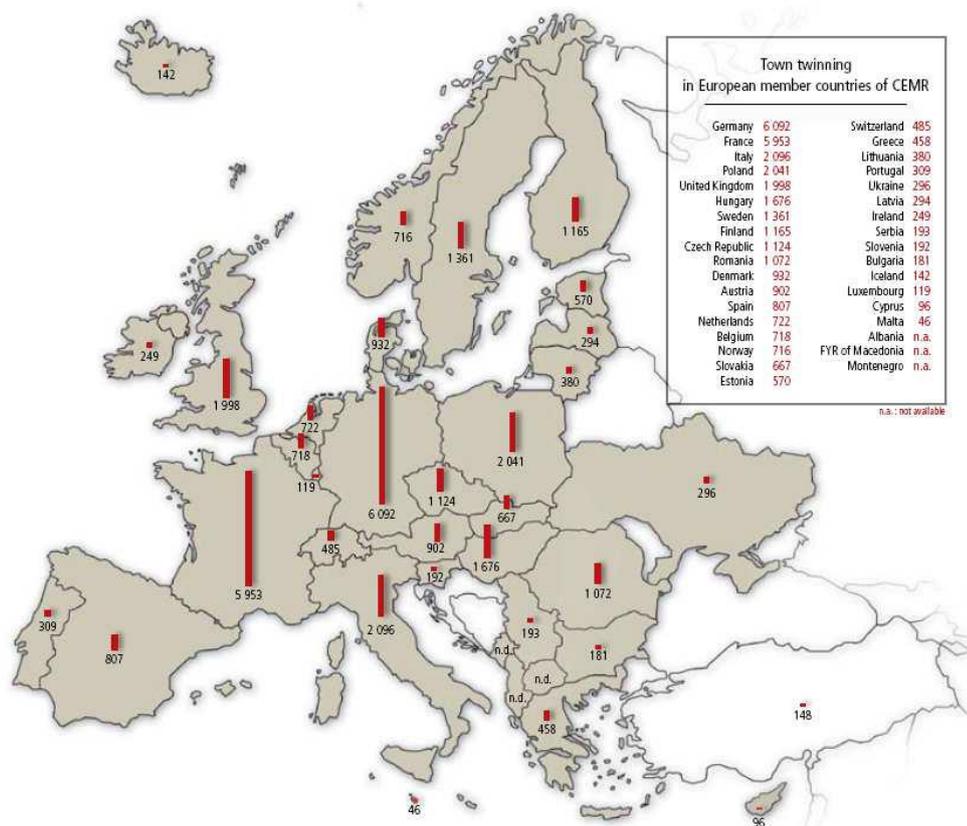
No ano de 2011, existiam na União Europeia, 89 149 municípios, com uma média de 5 630 habitantes e um território médio de 49 km², sendo cerca de 80 % dos mesmos localizados em cinco países; 41% na França, 13% na Alemanha, 9% na Espanha, 9% na Itália e 7% na República Checa.

O lema na U E para a geminação é “ Conhecer-se e compreender-se melhor”, abrindo assim vias para conhecer melhor a vida quotidiana de cidadãos de outros países, trocar ideias e experiências, desenvolver projetos conjuntos sobre questões e interesse comum, como a integração local, o ambiente, o desenvolvimento económico ou a diversidade cultural.

Para que possa ser efetiva esta geminação, conta a U E com projectos específicos de estímulo ao aumento e aprofundamento de geminações de forma a acelerar a construção europeia. A geminação pode ser um impulso importante para conferir uma cidadania europeia.

No mapa seguinte, podemos verificar o número de governos locais geminados por país, onde se destaca claramente a Alemanha, com 6092 governos locais geminados e a França com 5953 governos locais geminados.

Mapa nº 1 – Numero de governos locais geminados na Europa 2007



Fonte: CCRE / CEMR, Outubro 2007

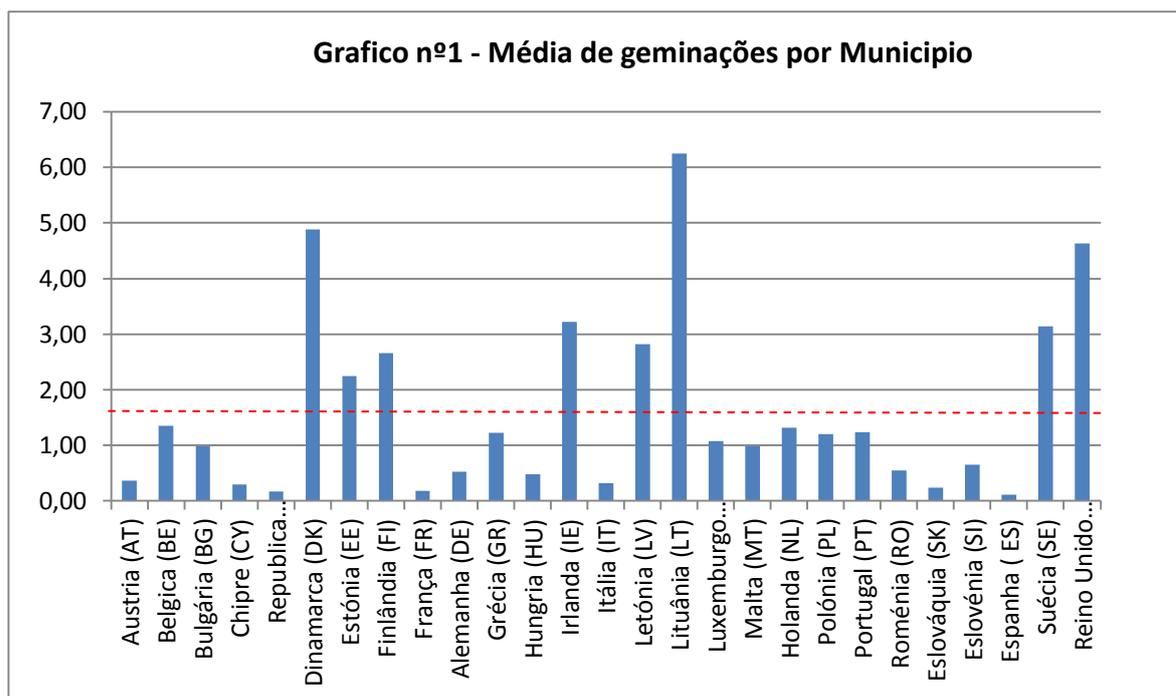
Numa análise mais objectiva, sobre o peso que pode ter a geminação na organização territorial de cada país, importa perceber qual o peso das geminações para cada governo local. No quadro seguinte (quadro nº1), podemos constatar o número de governos locais de cada país, bem como o número médio de geminações por governo local/ município (unidade de análise neste trabalho).

Quadro nº 1 – Numero médio de geminações por município na Europa a 27

	Número de Municípios	Numero Geminações	Média de geminações por Município
Áustria (AT)	2357	849	0,36
Bélgica (BE)	589	795	1,35
Bulgária (BG)	264	259	0,98
Chipre (CY)	380	113	0,30
Republica Checa (CZ)	6250	1087	0,17
Dinamarca (DK)	98	479	4,89
Estónia (EE)	226	507	2,24
Finlândia (FI)	336	893	2,66
França (FR)	36700	6604	0,18
Alemanha (DE)	11481	6014	0,52
Grécia (GR)	325	399	1,23
Hungria (HU)	3177	1524	0,48
Irlanda (IE)	80	258	3,23
Itália (IT)	8094	2601	0,32
Letónia (LV)	119	336	2,82
Lituânia (LT)	60	375	6,25
Luxemburgo (LU)	106	114	1,08
Malta (MT)	68	67	0,99
Holanda (NL)	418	550	1,32
Polónia (PL)	2479	2989	1,21
Portugal (PT)	308	380	1,23
Roménia (RO)	3181	1758	0,55
Eslováquia (SK)	2930	699	0,24
Eslovénia (SI)	211	137	0,65
Espanha (ES)	8117	963	0,12
Suécia (SE)	290	911	3,14
Reino Unido (UK)	433	2007	4,64
Total EU 27	89077	33668	1,60

Fonte: CCRE/CEMR , “ Local and Regional Government in Europe – Structures and competences”, September 2012

Os resultados expressos neste quadro têm tradução no gráfico seguinte (gráfico nº1) que nos permite ter uma visão mais pormenorizada do peso das geminações no total dos municípios de cada estado membro da união Europeia.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base no quadro nº1

Legenda: --- Média de geminações por governo local na europa

Para uma média na Europa de 1,60 geminações por município, verificamos que existem 8 países que tem um número médio de geminações por município superior à média europeia, claramente a Lituânia com 6.25 geminações por município destaca-se das restantes, este facto não é indissociável da abertura do bloco soviético à Europa ocidental o que gerou um sentimento de maior aproximação desses países a uma nova realidade, e que também podemos constatar através da Estónia (2.24) e Letónia (2.82). São países com uma organização administrativa relativamente pequena, ou seja, o número de governos locais não é muito elevado mas que, entretanto, desenvolveram um número significativo de geminações.

Os cinco países acima da média europeia, Dinamarca (4.89), Finlândia (2.66), Irlanda (3.23), Suécia (3.14) e o Reino Unido (4.64), todos têm um número de governos locais baixo relativamente a outros países da união europeia. De referir que, quanto maior é o número de governos locais, menor é a média de geminações, na medida em a divisão territorial, tende a fazer concentrar em vilas ou cidades médias ou grandes estes processos de geminação.

A Alemanha (0.52), França (0.18), Republica Checa (0.17), Espanha (0.12), Itália (0.32), apesar de apresentarem um número médio de geminações por governo local das

mais baixas na Europa, estes cinco países representam cerca de 79,3% (70642) do número total de governos locais na Europa a 27, mas em termos de geminações representam 51,3 % (17269) do total. A explicação para estes factos reside no facto de existirem muitos municípios com pouca massa crítica para desenvolver actividades de geminação, concentrando-se os processos de geminação nas cidades e vilas de dimensão média ou grande.

Em 2012, existiam na União Europeia 33 668 geminações, entre os 27 países membros, segundo dados elaborados pelo CCRE/CEMR, em colaboração com o Banco Dexia que edita todos os anos, números sobre a realidade da União Europeia. Os números por País são os seguintes;

Quadro nº 2 – Numero de geminações na europa a 27

	Numero Geminações	TOP 3						Total TOP 3	% TOP 3
		1º País		2º País		3º País			
Áustria (AT)	849	DE	375	IT	111	HU	71	557	65,6
Bélgica (BE)	795	FR	294	DE	123	RO	114	531	66,8
Bulgária (BG)	259	RO	49	GR	48	IT	26	123	47,5
Chipre (CY)	113	FR	83	RO	6	UK	5	94	83,2
República Checa (CZ)	1087	PL	331	DE	310	SK	101	742	68,3
Dinamarca (DK)	479	FI	120	SE	102	DE	81	303	63,3
Estónia (EE)	507	FI	246	SE	116	LT	43	405	79,9
Finlândia (FI)	893	SE	285	EE	246	DK	120	651	72,9
França (FR)	6604	DE	2281	UK	1065	IT	881	4227	64,0
Alemanha (DE)	6014	FR	2281	PL	1021	UK	492	3794	63,1
Grécia (GR)	399	IT	90	CY	83	BG	48	221	55,4
Hungria (HU)	1524	RO	474	SK	229	DE	225	928	60,9
Irlanda (IE)	258	FR	155	UK	32	IT	20	207	80,2
Itália (IT)	2601	FR	881	DE	434	RO	209	1524	58,6
Letónia (LV)	336	SE	63	DE	55	LT	54	172	51,2
Lituânia (LT)	375	PL	174	LV	54	SE	42	270	72,0
Luxemburgo (LU)	114	FR	21	DE	15	IT	13	49	43,0
Malta (MT)	67	IT	47	FR	3	AT	2	52	77,6
Holanda (NL)	550	DE	156	PL	86	CZ	53	295	53,6
Polónia (PL)	2989	DE	1021	CZ	331	FR	278	1630	54,5
Portugal (PT)	380	FR	174	ES	86	DE	27	287	75,5
Roménia (RO)	1758	FR	601	HU	474	IT	209	1284	73,0
Eslováquia (SK)	699	PL	258	HU	229	CZ	101	588	84,1
Eslovénia (SI)	137	IT	39	HU	23	AT	17	79	57,7
Espanha (ES)	963	FR	518	IT	178	PT	86	782	81,2
Suécia (SE)	911	FI	285	EE	116	DK	102	503	55,2
Reino Unido (UK)	2007	FR	1065	DE	492	IT	68	1625	81,0
Total EU 27	33668								

Pela análise do quadro nº2, podemos constatar que na sua quase totalidade a soma das geminações do top 3 representam mais de 50 % do total das geminações totais que o país possui, a exceção regista-se na Bulgária com 47,5 %, e Luxemburgo que apresenta a mais baixa percentagem, com 43 %. Este nível de concentração em poucos países do total das geminações assume especial importância na Eslováquia (84.1%), Chipre (83.2%), Espanha (81.2%), Reino Unido (81.0%). Estes valores traduzem a lógica da geminação assente em dois principais critérios:

- Contiguidade territorial ou proximidade - maior número de geminações com países com fronteiras comuns. No caso de ilhas, é fundamental a proximidade territorial.
- População estrangeira residente - tende-se a fazer geminações entre países com forte presença de população de outro, Portugal é um bom exemplo com as geminações da França e da Alemanha.

Portugal das suas 380 geminações com a Europa, 75,5 % regista-se com três países, França com 174 geminações, Espanha 86 geminações e Alemanha com 27 geminações, estes números são claramente por dois factores a emigração em especial com a França, segundo dados do observatório da emigração existem cerca de 1 milhão de portugueses ou descendentes de portugueses em França, mas também Alemanha com cerca de 115 000 emigrantes de origem portuguesa. E proximidade geográfica que resulta num número importante de geminações com a vizinha Espanha.

Para a concretização destas geminações em toda a Europa - bem como para o reforço da cidadania europeia e criação de redes de cidadãos, tem a Comissão Europeia criado condições de financiamento a projetos desenvolvidos no âmbito da geminação, através do seu programa europeu denominado Europa para os Cidadãos, que cria um quadro jurídico de apoio a uma ampla gama de actividades e organizações com vista a promover a “ cidadania ativa”, ou seja, o envolvimento de cidadãos e organizações da sociedade civil no processo de integração europeia. Este programa teve uma primeira

experiencia nos anos de 2004 a 2006, estando agora a ser implantado o programa para 2007 – 2013.

O programa “Europa para os Cidadãos 2007 / 2013” tem como principais objectivos:

- Dar aos cidadãos a oportunidade de interagirem e participarem na construção de uma Europa cada vez mais próxima, democrática e aberta para o mundo, unida e enriquecida pela sua diversidade cultural, desenvolvendo assim a cidadania da União Europeia;
- Desenvolver um sentido de identidade europeia, baseada em valores, na história e cultura comuns;
- Promover um sentido de pertença à União Europeia entre os seus cidadãos;
- Incrementar a tolerância e a compreensão mútua entre cidadãos europeus, respeitando e promovendo a diversidade cultural e linguística e contribuindo, simultaneamente, para o diálogo intercultural.

Para a concretização destes objectivos, propõe a Comissão Europeia - quatro ações e dentro delas várias medidas, existindo um orçamento próprio para cada ação e respectivas medidas, o orçamento para a totalidade do programa é de 215 milhões de euros para os sete anos (2007/2013);

Quadro nº 3 – Programa Europa para os cidadãos 2007 / 2013

Programa "Europa para os cidadãos 2007 - 2013"		215.000.000,00 €
Acção 1 - Cidadãos activos pela Europa		
Medida 1.1 - Geminação de Cidades		No mínimo 45% do orçamento total
Medida 1.1.1 - Encontros para Geminação		
Medida 1.1.2 - Constituição de redes temáticas		96.750.000,00 €
Medida 1.2 - Projectos civicos		
Acção 2 - Sociedade activa na Europa		
Medida 2.1 - Apoio estrutural ás organizações de investigação sobre politicas publicas europeias		Cerca de 31 % do orçamento
Medida 2.2 - Apoio estrutural ás organizações da sociedade civil a nivel europeu		
Medida 2.3 - Apoio a projectos lançados por organizações da sociedade civil		66.650.000,00 €
Acção 3 - Juntos pela Europa		
Medida 3.1 - Eventos de grande visibilidade		Cerca de 10% do orçamento
Medida 3.2 - Estudos		
Medida 3.3 - Instrumentos de informação e divulgação		21.500.000,00 €
Acção 4 - Memória Europeia activa		
		Cerca 4% orçamento
		8.600.000,00 €

Fonte: Programa "Europa para os cidadãos 2007-2013", guia do programa, Comissão europeia, 2007

Das entidades elegíveis para concorrer a este programa, têm especial destaque os governos locais em estreita ligação com organizações da sociedade civil. Considerando todo o programa muito importante, concentrar-nos-emos na Acção 1 e em especial na medida 1.1 – Geminação de Cidades.

Esta medida divide-se em dois projetos:

- Encontro de cidadãos para a geminação de cidades;
- Formação de redes temáticas de cidades geminadas.

Pela consulta da documentação constante no sítio da Comissão Europeia que tem a responsabilidade do desenvolvimento deste programa (<http://eacea.ec.europa.eu>), podemos constatar que desde 2007 têm sido submetidos projetos de praticamente todos os países da Europa e com uma relação direta entre maior número de geminações , maior número de projetos, os dados anuais podem ser observados no seguinte quadro;

Quadro nº 4 – Numero de projectos no âmbito do programa “Europa para os cidadãos 2007 / 2013”

Acção 1 - Cidadãos Activos pela Europa Medida 1 - Geminação de Cidades	Programa " Europa para os Cidadãos" 2007 / 2013						Totais	
	2007	2008	2009	2010	2011			
Medida 1. 1 - Encontros para Geminação								
Total Projectos Europa								
Apresentados	1648	1678	1516	1666	1433	7941		
Seleccionados	904	1111	677	649	492	3833	48,3%	
Projectos Portugal								
Apresentados	13	11	4	0	3	31	0,39%	
Seleccionados	7	5	2	0	0	14	45,2%	
Medida 1.2 - Constituição de redes temáticas								
Total Projectos Europa								
Apresentados	89	nd	nd	nd	nd			
Seleccionados	52	51	35	59	49	246		
Projectos Portugal								
Apresentados	1	nd	nd	nd	nd			
Seleccionados	1	2	0	0	0	3	1,2%	

Fonte: <http://eacea.ec.europa.eu> acedido em Julho de 2012

Pela análise do quadro nº4 podemos constatar que desde o seu início e no que diz respeito a Ação 1 do programa e, em especial, referente à medida 1 das geminações das cidades, o programa tem sido profícuo na apresentação de projetos por cidades e vilas europeias.

Na submedida 1.1 – Encontros para a geminação, foram submetidos 7941 projetos, tendo sido seleccionados 3833 a que corresponde uma taxa de aceitação de 48,3 % , se repararmos, verificamos que a nível anual os números são muito uniformes não se destacando nenhum ano em especial. Portugal submeteu nesta medida somente 31 projetos em 5 anos, a que corresponde 0,39 % dos projetos totais apresentados e uma média de 2.8 projetos por ano e desses 31 foram aceites 14, o que nos dá uma taxa de aceitação de 45.2%.

Claramente, este não tem sido um instrumento para o financiamento de projectos de geminação em Portugal, o que poderá ser traduzido num afastamento dos municípios no

aproveitamento destes recursos, ao contrário dos países do centro da Europa que submetem os mais diversos projetos de forma a reforçar a geminação.

Na submedida 1.2 – Projectos de redes temáticas, o panorama português ainda é mais confrangedor na medida em que apesar de não dispormos de dados respeitantes aos projetos apresentados nos anos de 2008 a 2011, temos os projetos aprovados que pelos números apresentados nos revela também uma consistência anual e uniforme. Verificamos então que foram, ao longo dos 5 anos em análise, selecionados 246 e que Portugal somente teve 3 projectos selecionados o que corresponde 1,2%. Em termos médios, Portugal apresentou 0.6 projetos por ano, o que nos parece revelador de alguma falta de planeamento e perspectiva de desenvolvimento local e regional, suportado por instrumentos europeus e um desperdício de recursos que podiam ser aproveitados para reforçar o desenvolvimento económico e social das cidades e vilas em parcerias e desenvolvendo sinergias para o ganho de todos.

A União Europeia está assim preocupada e atenta ao reforço da coesão territorial e à conquista de uma maior cidadania e, nessa medida, tem criado mecanismos para que os países possam reforçar o seu papel na construção europeia e, ao mesmo tempo, gerarem condições para a melhoria da vida das suas populações. Neste propósito, a União Europeia já aprovou o novo programa “ Europa para os Cidadãos – 2014 – 2020” , que segundo o sítio da comissão Europeia - apoiará actividades destinadas a aumentar o conhecimento e a compreensão dos cidadãos relativamente à União Europeia, com um orçamento de 229 milhões de euros. Tal como e no programa de 2007/2013, as parcerias e geminações entre cidades e vilas terão um papel de destaque.

2.4 – A Realidade Portuguesa

Em Portugal a geminação é um fenómeno recente, nasce fundamentalmente a partir de 1974 em consequência da revolução do dia 25 de Abril e, mais especificamente, a partir de 12 de Dezembro de 1976, data das primeiras eleições autárquicas em Portugal.

Rapidamente em Portugal, a geminação estimulou as cidades, vilas e aldeias, representadas pelos seus órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia a celebrar protocolos de geminação que de uma maneira geral e inicialmente foram feitos através de terras portuguesas que, fruto da emigração dos anos 50 e 60 do séc. XX, tinham muitos filhos da terra noutras cidades, vilas ou aldeias espalhadas pelo mundo, em especial na Europa Central.

Em Portugal, outro factor fundamental para o desenvolvimento de geminações e acordos de cooperação, prende-se com a vinda de naturais dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOS) em especial após o processo de descolonização, e a sua fixação em especial nas áreas urbanas, com destaque para a área metropolitana de Lisboa.

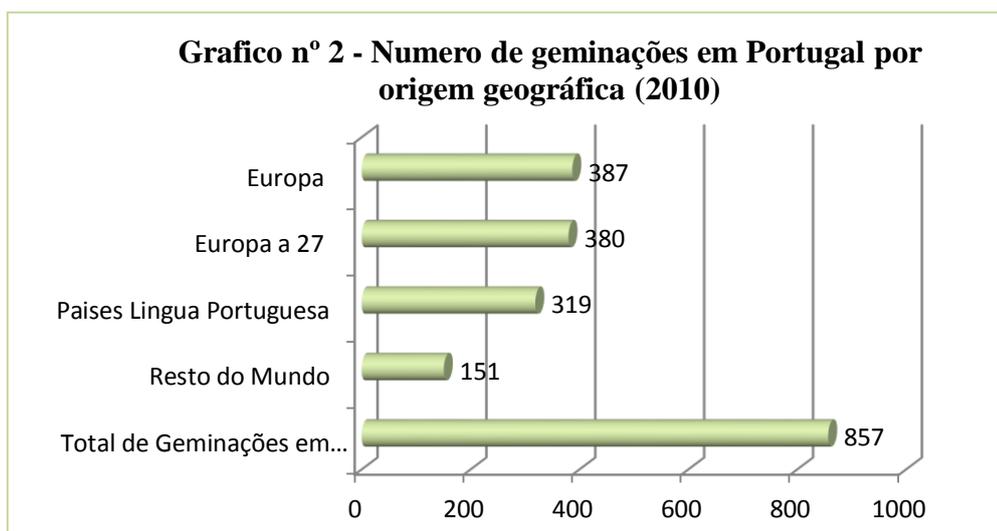
Esta nova realidade demográfica caracterizada quer pelo retorno dos portugueses que estavam em África, bem como da população africana que veio para Portugal, bem como ainda o fluxo migratório do Brasil e dos Países de Leste após a queda do muro de Berlim, de forma a procurar melhores condições de vida, gerou uma nova realidade social e cultural que moldou para o futuro a ação dos governos locais.

Será interessante questionar o porquê destes acordos ou os próprios objectivos dos mesmos, pois na sua grande maioria resultam de geminações que chamaremos de institucionais/ culturais, que se esgotam no contacto entre os eleitos com viagens nos dois sentidos da geminação, com um programa social interessante e com a participação de um grupo folclórico ou de artesanato.

Analisando vários protocolos de geminação assinados entre municípios portugueses e dos mais variados países, chegamos à conclusão que o protocolo de geminação é genérico e abarca praticamente todas as áreas adstritas à gestão municipal, como urbanismo, cultura, economia, desporto, associativismo e turismo.

Estes acordos assentam fundamentalmente no princípio da solidariedade, aprofundamento das relações entre as populações, a fraternidade, a amizade e nas relações com os países do sul, em especial, na cooperação para o desenvolvimento. Enquadrados nestes protocolos de âmbito geral, são realizados acordos para desenvolvimento de projetos específicos ao abrigo da gemação. De uma forma geral, podemos inferir pela análise de vários protocolos de gemação em Portugal, que este é o “*modus operandi*” na maioria dos municípios que detêm protocolos de gemação.

Nesta data em Portugal e tendo em conta a nossa realidade administrativa em que consideramos a existência de 308 governos locais, correspondentes aos 308 municípios¹⁰, o número de gemações e acordos de cooperação de Portugal com o mundo é o seguinte;



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em www.anmp.pt, www.ccre.org e relatório da cooperação 1996-2010 editado pelo IPAD.

Este gráfico nº 2 das gemações de Portugal permite-nos aferir que é a Europa o principal espaço geográfico onde mais se fez acordos de gemação, com 387 gemações que representam cerca de 45% do total de gemações realizadas pelos

¹⁰ Tendo em conta a organização administrativa em Portugal e de acordo com a constituição, consideramos nesta análise somente os municípios, porquanto as regiões administrativas não existem apesar de consignado na constituição e o número de freguesias é substancial, existindo uma grande heterogeneidade na dimensão e capacidade de intervenção política ou social das freguesias. Por outro lado acordos de gemação feitos pelo município são naturalmente extensíveis a todo o concelho.

municípios portuguesas. Curiosamente, podemos verificar que fora da Europa a 27, só existem 7 geminações.

Os países de língua portuguesa representam 37% do total das geminações e o resto do mundo os restantes 18%.

De realçar que das 380 geminações em vigor à data com a Europa a 27 países, a França ocupa o primeiro lugar com 174 geminações, a Espanha com 86 geminações e a Alemanha em terceiro lugar com 27 geminações. Estes três países com mais geminações representam cerca de 76 % do total das geminações, o que vem reforçar o papel da emigração portuguesa na aproximação às terras de origem.

Quanto aos acordos de geminação com países de língua portuguesa e em especial países africanos e Timor, os acordos de geminação inserem-se numa lógica de Cooperação para o desenvolvimento, em que os municípios têm desenvolvido um conjunto de atividades de capacitação institucional e organização do poder local, em especial, na formação de quadros, requalificação urbana e infra estruturas, apoio ao saneamento básico, urbanismo e ambiente e ainda cultura e o desporto. Destaque para o número de geminações com Cabo Verde que ascende em 2010 a 99 acordos de geminação com municípios portugueses.

Em relação aos acordos de geminação com o resto mundo, estes centram-se fundamentalmente com Países emergentes e do norte de África, de uma forma geral podemos dizer que Portugal tem acordos de geminação em todos os continentes do mundo.

Constatamos assim que no caso português, as geminações e acordos de cooperação emanam fundamentalmente de 4 factores:

- A emigração de portugueses nos anos 50 e 60, em especial para a Europa;
- No fim dos anos 70 e década de 80, as razões políticas e convergências políticas criaram condições para a efetivação das geminações;

- A vinda de portugueses que viviam em África e que mantiveram relações de afectividade e familiares nas terras onde viveram;
- A fixação de emigrantes africanos e brasileiros em Portugal, em especial em áreas urbanas.

A geminação de cidades tem sido uma prática cada vez mais usual na política a nível local, no sentido que se procura a troca de experiências e de melhoria contínua das relações entre os governos locais, muitas vezes com uma preocupação de solidariedade, outras de carácter cultural ou até muitas vezes pela presença de naturais de determinada cidade noutra.

A realidade é que num mundo global esses efeitos são particularmente sentidos a nível local pelo que se torna importante o estabelecimento de laços e parcerias; mais do que a questão de localização, as cidades e, nomeadamente, aquelas de maior dimensão ganham uma importância transnacional e podem ser atores em estruturas e constituir parcerias estratégicas, sem que isso provoque qualquer alteração ou constrangimento do papel do Estado.

Em Portugal, será interessante passar a olhar a realização e a concretização destes acordos como mais uma ferramenta para contribuir para o desenvolvimento económico e social das partes do acordo, numa relação que se pretende profícua para ambas as partes, pois registam-se geminações e acordos de cooperação, entre cidades de dimensão perfeitamente dispare e com graus de desenvolvimento social, não compatíveis para uma geminação plena, mas sim como mais um protocolo de ligação institucional e não como um meio de criar riqueza e desenvolvimento económico para ambas as partes e promover o reforço das economias locais.

2.5 – Desafios e Oportunidades

Os protocolos de gemação sendo hoje uma realidade, criam condições para que as populações possam desenvolver relações com outros povos e o próprio poder político autárquico, possa desenvolver um conjunto de políticas com outros contornos e inspirações de outras experiências de governação. A questão que se coloca é se efetivamente, hoje em dia, as gemações servem para contribuir decisivamente para o desenvolvimento das cidades e, portanto, para o bem-estar das populações, ou são meros acordos políticos sem substância, que mais não fazem do que criar eventos sociais com poucos resultados práticos, mas que são excelentes ações de turismo institucional.

Sintomático desta situação, reflecte-se na análise de acordos realizados entre países mais desenvolvidos e países do terceiro mundo em que na sua maioria o texto do acordo prossegue os mesmos princípios gerais, como sendo o desenvolvimento de laços de amizade, cooperação, intercâmbio das populações. No entanto, para os países PALOPS e, em especial, para os países africanos e numa lógica de cooperação para o desenvolvimento, acrescem as preocupações com as áreas sociais e de desenvolvimento dos territórios africanos, numa lógica norte-sul.

Os protocolos com cidades e vilas europeias estão muito marcados pelas questões culturais (exposições e espectáculos) e turísticas (presença em feiras para divulgação das vilas e cidades).

Assim a internacionalização de municípios assente em gemações e acordos de cooperação a despeito de todas as outras acções, deve criar condições para:

- Uma efetiva diplomacia económica a nível local, na medida em deve procurar estabelecer relações entre os vários agentes económicos dos territórios geminados e não somente entre os governos desses territórios. Concretizar um plano de ações que visem a criação de projetos comuns de comércio e prestação de serviços, nos dois sentidos da gemação;

- Benchmarking¹¹ das melhores práticas políticas e importação recíproca de modelos de organização espacial, social e económica;

- Reforço da economia local através de acordos empresariais entre empresas originárias dos territórios geminados. Realização de joint-ventures para exploração de mercados, quer a nível local, quer nacional numa lógica de massa crítica para enfrentar o mercado;

- Criação de condições para o estabelecimento de regras que possam gerar interações empresariais mais profícuas, como por exemplo execução de obras ou realização de projetos por originários dos territórios geminados;

- Desenvolvimento de redes de cidades e vilas e reforço na participação de outras já existentes, com objectivos específicos visando o alargamento das relações entre territórios de génese diferenciada e que podem ser portadores de mais-valia atuando em conjunto per si ou em nome da rede.

¹¹ "Processo contínuo e sistemático que permite a comparação das performances das organizações e respectivas funções ou processos face ao que é considerado "o melhor nível", visando não apenas a equiparação dos níveis de performance, mas também a sua ultrapassagem"

2.6 – Bibliografia

- **Acep** (2009), *Cooperação Descentralizada – Entre Norte e Sul, reequilibrar poderes, reforçar solidariedades, favorecer mudanças*, Lisboa.
- **Acep** (2001), *Autarquias portuguesas: Cooperação e Desenvolvimento*, Lisboa.
- **Afonso, Maria Manuela** (1995), *Cooperação para o desenvolvimento. Características, evolução e perspectivas futuras*, Lisboa: CIDAC.
- **Afonso, Maria Manuela** (1998), *Cooperação descentralizada: o caso dos municípios portugueses*, Lisboa CIDAC
- **Aguirre, Inaki.** (1999), Making sense of Paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition, Em: **Aldecoa, F & Keating, M.** (Eds) (1999), *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*, Portland, Frank Cass Publications
- **Aldecoa, F & Keating, M.** (Eds) (1999), *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*, Portland, Frank Cass Publications
- **Borja, Jordi & Castells, Manuel.** (1997), *Local and the Global: Management of Cities in the information age*, Londres, Earthscan
- **Calvet de Magalhães, José** (1996), *Diplomacia Pura*, Lisboa, Bertrand Editora,
- **Carrière, Carron de la,** (1998), *La diplomatie économique*, Paris, Económica,
- **CCE-Comissão das Comunidades Europeias (1995)**, *Relativo à Cooperação Descentralizada*, Proposta de Regulamento (CE) do Conselho, Documento COM (95) 290 final, (95/0159 (SYN)), Bruxelas, 10.07.1995, Luxemburgo: SPOCE-Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- **CCRE** (2001), *Geminações na Europa*, Conseil des Communes et Regions d'Europe – Strasbourg,
- **CCRE/CEMR** (2012), *Subnational public finance in the European Union*, 11ª edition, Summer, Brussels
- **CCRE / CEMR** (2007), *Twinning for tomorrow's world – practical handbook*, Brussels.
- **CCRE / Dexia** (2010), *EU subnational governments: 2009 Key figures*, Brussels,

- **Comissão Europeia** (2007), *Programa “Europa para os cidadãos” 2007-2013 – Guia do programa*, Luxemburgo, Serviço de publicações oficiais das Comunidades Europeias
- **Comissão Europeia** (2010), *Actuemos hoje para a Europa de amanhã*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
- **Comité das Regiões** (1998), *A cooperação transfronteiriça e transnacional entre autarquias locais*, Bruxelas, Parecer de 19 de Novembro.
- **Comité das Regiões** (2005), *Comunicação da Comissão: Política Europeia de Vizinhança – Documento de estratégia*, Bruxelas, Parecer de 14 de Abril.
- **Comité da Regiões** (2004), *A parceria euro mediterrânica e as pessoas colectivas territoriais: necessidade de coordenação e de um instrumento específico para a cooperação descentralizada*, Bruxelas, Parecer prospectivo de 21 de Abril
- **Conselho da Europa** (1985), *Carta Europeia de Autonomia Local*, Estrasburgo, assinada em 15 de Outubro e em vigor a partir de 1 Setembro 1998
- **Costa, Maria do Rosário** (2005), *Redes intermunicipais: uma nova dimensão económica no quadro da CPLP?*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- **Costa, Maria do Rosário & Ferreira, Manuel Ennes** (2004), *Geminações Autárquicas e CPLP: que articulação no apoio ao desenvolvimento local*, VIII Congresso Luso- Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra
- **Cuadros, Manuel Rodriguez** (2006), *Diplomacia e cooperación descentralizada: un instrumento para el desarrollo y la gobernabilidad de las regiones*, 2006
- **Der Derian, James** (1987), *On Diplomacy, a genealogy of western estrangement*, Oxford, Basel, Blackwell
- **Duchacek, Ivo D.**, (1990), *Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations*, em: **Michelmann, H. J. & Soldatos, P.** , *Federalism and international relations: the role of subnational units*, Nova York, Oxford University Press
- **França. Conseil Economique et Social** (1992), *Les relations extérieures des régions et des collectivités locales en vue d’une amélioration des échanges économiques*, rapport présenté para Jean Billet. Paris: Journal Officiel,

- **Hulst, Rudie & Monfort, André van** (2007), *Inter-Municipal Cooperation in Europe*, Springer, Dordrecht, The Netherlands.
- **Hocking, Brian** (1993), *Localizing foreign Policy: non- central governments and multilayered diplomacy*, New York, St. Martin's Press
- **Levrat, Nicolas** (1995), *Concorrência e cooperação entre os poderes locais e regionais*, In: Revista da Administração Local, edição Maio/Junho, p. 243-252
- **Lopes, Fernandino.** (2000). *Geminações de Municípios: resultado de um estudo exploratório*, Revista da administração pública, Lisboa
- **Lopes, Simões** (2002). *Globalização e Desenvolvimento Regional*, Gestão e Desenvolvimento, 11, pág. 9-25
- **Midões, Miguel** (2009), *Diplomacia Municipal , que futuro? Novas dinâmicas da diplomacia internacional, a partir da análise da cooperação entre Macedo de Cavaleiros e a Ilha do Sal*, tese de mestrado apresentado na Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- **Palma, Elisabete** (2002), *Poder local, cooperação e geminações na política externa portuguesa*, in: Janus 2002: Anuário de relações exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa, pág. 204-205
- **Pontes, José Pedro** (2005), *A Política Regional e as Economias de Aglomeração*, Lisboa. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional
- **Ramos, Basílio** (1999), *Geminação entre municípios*, in: Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Seminário Internacional a gestão municipal em Portugal e nos PALOP, Santarém, pág. 145-158
- **Ribeiro, Hermínia & Faria, Raquel.** (2009). *A cooperação intermunicipal portuguesa*. Instituto Superior de Economia e Gestão - CEsA Documentos de Trabalho nº 81
- **Rodrigues, Teresa Ferreira e outros** (2009), *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social em Portugal*, Lisboa, Biblioteca de Ciências Sociais, Edições Afrontamento
- **Rodrigues, Teresa Ferreira e Pérez, Rafael Garcia** (2010), *Portugal e Espanha, crise e convergência na União Europeia*, Tribuna da História

- **Soldatos, Panayotis** (1990), *No explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors*. Em: **Michelmann, H. J. & Soldatos, P.** , *Federalism and international relations: the role of subnational units*, Nova York, Oxford University Press
- **Union European**. (2001), “*Twinning in action*” Brussels,
- **União Europeia**. (1997). *Os Municípios e a Europa: guia prático das geminações/comunidade europeia*. Luxemburgo. Eur-op
- **United Cities and local Governments** (2007), *City future Program – Cities Development Strategies*, Barcelona
- **Vigevani, Tullo**. (2006). Problemas para a actividade internacional das unidades subnacionais, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 21 Nº62, pág.128-169
- **24º Estados Gerais do Conselho dos municípios e Regiões da Europa**. (2009). *Prontos para o futuro? Como é que se preparam os poderes locais e regionais*, Malmo, 24 de Abril de 2009, Declaração Final.

Referências bibliográficas obtidas na Web:

- **Dias, Reinaldo**, *Um tema emergente nas relações internacionais: A paradiplomacia das cidades e municípios*, in www.ambito-juridico.com.br, acedido em 17/02/2012
- **Gomes, Daniela Siqueira**, *Diplomacia Económica: O que é?* em www.jornaldefesa.com, acedido em 23/02/2012
- **Senhoras, Elói Martins e outros**, *A geografia da paradiplomacia subnacional na América do Sul*, Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, 2008 , p. 13, acedido em 26-11-2011
- www.cities-localgovernments.org
- www.metropolis.org
- www.ccre.org
- www.uccla.net
- www.redinterlocal.org

- www.unaoc.org

- <http://memberspage.cor.europa.eu/Result.aspx?f=2&s=0&o1=0&o2=0&o3=0&co=PT>

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

3 – Curriculum Vitae Detalhado

3.1 - Curriculum Vitae

Informação Pessoal

Nome: Luís Fernando Marques Charneira

Morada: Rua Bernardino Augusto Xavier nº 39 2º esq.

2835-071 Baixa da Banheira

Telefone: 21 401 44 17 Telemóvel: 91 950 12 63 Email: luischarneira@hotmail.com

Nacionalidade: Portuguesa Data de nascimento: 18 / 04 / 1966 Sexo: Masculino

Experiência Profissional

Datas: Desde Janeiro de 2010

Função ou cargo ocupado: Técnico Superior

Departamento de Administração e Finanças

Principais atividades e responsabilidades:

- Projeto de implementação do sistema de contabilidade de custos na autarquia.
- Definição de centros de responsabilidades.
- Definição de critérios para a implementação. Programa de ação.
- Controle financeiro das responsabilidades do município para terceiros.
- Análise e estudos de gestão financeira e orçamental
- Implementação e controle do processo de cobrança coerciva.

Nome da entidade: Câmara Municipal da Moita



Datas: 2008 - 2012

Função ou cargo ocupado: Professor convidado

Principais atividades e responsabilidades:

- Docência de aulas de Gestão, Marketing, Economia e Cálculo Financeiro

Nome da entidade: Escola Técnica Profissional da Moita



Datas: 1991 - 2009

Função ou cargo ocupado: Chefe de Divisão de Atividades Económicas e Turismo

Principais atividades e responsabilidades:

- Licenciamento das actividades económicas do concelho.
- Gestão e desenvolvimento do Gabinete de Apoio ao Empresário.
- Análise de Investimentos e negociação com investidores.
- Gestão e dinamização do Pavilhão Municipal de Exposições
- Gestão e dinamização do Centro de Informação Autárquico ao Consumidor.
- Gestão e dinamização do Gabinete de Turismo.
- Gestão da rede de abastecimento público do concelho

Nome da entidade: Câmara Municipal da Moita



Datas: 1997 - 2009

Função ou cargo ocupado: Empresário e Director Geral de Grupo de Empresas

Principais atividades e responsabilidades:

- Definição da estratégia global do grupo.

- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira do grupo.
- Definição da estratégia de marketing e comercial.
- Dinamização e participação em feiras.
- Gestão de clientes.
- Negociação com fornecedores

Nome da entidade: Empresas de Mobiliário de escritório, Material de escritório, Educação de crianças, Consultadoria de gestão e Organização de eventos, Gestão Desportiva



Datas: Desde 1993

Função ou cargo ocupado: Consultor e Formador de Empresas

Principais atividades e responsabilidades:

- Consultor / Formador em projetos internacionais (Angola e Moçambique)
- Consultor / Formador de empresas com especial enfoque no Marketing e Estratégia, bem como na gestão de projetos.
- Organização e Gestão de eventos, nomeadamente, feiras e acções de cariz comercial.
- Concepção de planos de negócio, monitorização dos mesmos e desenvolvimento de mecanismos de controlo de execução.
- Consultor e participação em projetos de entidades públicas e privadas.
- Formador convidado em empresas de formação para empresas, ministrando acções na área da Gestão, Marketing e Estratégia



Datas: Janeiro 1991 - Outubro 1991

Função ou cargo ocupado: Analista de projetos

Principais atividades e responsabilidades:

- Analista de projetos com vista á atribuição de subsídios para a modernização da agricultura e pescas em Portugal, ao abrigo de regulamentos comunitários.

Nome da entidade: IFADAP



Datas: Setembro de 1990 – Dezembro de 1990

Função ou cargo ocupado: Subgerente de dependência

Principais atividades e responsabilidades:

- Formação inicial para desenvolvimento de trabalho como subgerente de dependência.

Nome da entidade: Tranquilidade Seguros



Datas: Março 1990 a Agosto de 1990

Função ou cargo ocupado : Estagiário no Departamento Financeiro

Principais actividades e responsabilidades:

- Estágio no Departamento de Financeiro, Área contabilidade da Península ibérica, na sede mundial do grupo Renault em Bologne-Billancourt, Paris – França, ao abrigo do programa Erasmus, entre a Universidade de Évora e Universidade de Sorbonne

Nome da entidade: Régie Nationale des Usine Renault

Formação Académica

Datas: Desde 2010

Designação da qualificação atribuída:

Doutorando em Relações Internacionais

Principais disciplinas/competências profissionais:

Negócios e Cooperação Internacional.

Diplomacia Económica

Política Externa Portuguesa

Internacionalização de Cidades e Vilas

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Nível segundo a classificação nacional ou internacional: Doutoramento



Datas: 2010 / 2011

Designação da qualificação atribuída:

Diploma de Estudos Avançados em Relações Internacionais

Principais disciplinas/competências profissionais:

Conclusão do curso de doutoramento conducente à obtenção do grau de
Doutor em Relações Internacionais (17 valores)

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Nível segundo a classificação nacional ou internacional:

Diploma de Estudos Avançados



Datas: 2007 - 2008

Designação da qualificação atribuída:

Pós Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais

Principais disciplinas/competências profissionais:

Conclusão da componente lectiva do Mestrado

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Nível segundo a classificação nacional ou internacional:

Estudos Pós-Graduados



Datas: 2001 - 2002

Designação da qualificação atribuída:

Master Business Administration (MBA) em Gestão

Principais disciplinas/competências profissionais:

Abordagem de uma forma transversal de todos os aspectos da Gestão ao nível da tomada de decisão. Desenvolvimento de capacidades para o exercício da Gestão.

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE)

Nível segundo a classificação nacional ou internacional:

Estudos Pós-Graduados



Datas: 1999 - 2000

Designação da qualificação atribuída:

Pós-Graduação em Estratégia e Desenvolvimento Empresarial

Principais disciplinas/competências profissionais:

Conclusão da componente lectiva do Mestrado

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Instituto Superior Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE)

Nível segundo a classificação nacional ou internacional:

Estudos Pós Graduados



Datas: 1995 - 1996

Designação da qualificação atribuída:

Pós - Graduação Administração Pública e Desenvolvimento Regional

Principais disciplinas/competências profissionais:

Desenvolvimento Regional em perspectiva da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), Gestão de fundos comunitários e Integração Europeia.

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Universidade de Évora

Nível segundo a classificação nacional ou internacional:

Estudos Pós- Graduados



Datas: 1985 - 1990

Designação da qualificação atribuída:

Licenciatura em Economia

Nome e tipo da organização de ensino ou formação:

Universidade de Évora

Nível segundo a classificação nacional ou internacional:

Licenciatura

Formação Complementar e Profissional

Datas: 29 de Maio de 2012

Designação: Programa Anual de Desenvolvimento de Administradores Não Executivos

Entidade formadora: Instituto Português de Corporate Governance / ISCTE



Datas: 24 a 28 de Maio 2010

Designação: Contabilidade de Custos

Entidade formadora: ATAM



Datas: 2008 - 2009

Designação: Curso de Alta Direcção e Gestão Pública para Dirigentes

Entidade formadora: Centro de Estudos e Formação Autárquica



Datas: 21 a 20 de Maio 2007

Designação: Potencialidades turísticas das frentes ribeirinhas

Entidade formadora: Área Metropolitana de Lisboa



Datas: 16 Novembro a 7 Dezembro de 2005

Designação: Estrutura de avaliação de qualidade; CAF“ Commom Assesement Framework”

Entidade formadora: Associação Municípios Distrito de Setúbal



Datas: 17 a 18 de Setembro 1998

Designação: Controlo de Gestão

Entidade formadora: CEFA – Centro Estudos e Formação Autárquica



Datas: 24 Setembro a 3 Dezembro 1997

Designação: Promoção da Atividade dos Agentes de Desenvolvimento

Entidade formadora: CCDR-LVT – Comissão Coordenação

Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo



Datas: 8 Outubro a 15 Novembro de 1996

Designação: Qualidade e Inovação na Modernização Administrativa

Entidade formadora: Associação Municípios Distrito de Setúbal



Datas: 17 a 19 de Setembro de 1996

Designação: Marketing Institucional

Entidade formadora: Associação Municípios Distrito de Setúbal



Datas: 19 e 20 de Outubro 1994

Designação: Organização e Gestão de Feiras e Exposições

Entidade formadora: Parque de Exposições de Braga

Publicações e outros trabalhos

- Trabalho de fim de curso para obtenção do grau de licenciatura em Economia na universidade de Évora, com o seguinte título “ A organização contabilística e controlo interno numa multinacional- O caso Renault”, em 1991
- Manual de Marketing para a Restauração, editado pelo CFPSA – Centro de Formação Profissional do sector Alimentar – Pontinha, 2006

Aptidões e competências pessoais

Conhecimento de Línguas:

Língua nativa: Português

Outras Línguas:

Inglês: Bons conhecimentos a nível da compreensão, conversação e escrita.

Francês: Bons conhecimentos a nível da compreensão, conversação e escrita.

Castelhano: Bons conhecimentos a nível da compreensão, conversação e escrita.

Aptidões e competências sociais

- Espírito empreendedor
- Pró-activo
- Capacidade de trabalhar em qualquer ambiente cultural ou social.
- Facilidade de adaptação a novas realidades
- Facilidade de relacionamento interpessoal
- Forte resistência a frustrações e orientado a objectivos e resultados

Aptidões e competências de organização

- Capacidade de Liderança, adquirida ao longo de 19 anos de liderança de pessoas.
- Capacidade gestão e liderança de equipas e projetos
- Sentido de responsabilidade e profissionalismo.

Aptidões e competências técnicas

- Formador certificado
- Técnico Oficial de Contas nº 56867
- Membro da Ordem dos Economistas nº 2978 do colégio de especialidade Economia e Gestão Empresariais
- Orador convidado para conferências em mestrados e licenciaturas em universidades portuguesas

Aptidões e competências informáticas

- Domínio do software Office (Word, Excel, Access, PowerPoint, Publisher)
- Conhecimentos bons de software de apoio e de gestão

Outras aptidões e competências

- Interesses pessoais
 - Família e Amigos
 - Desporto (Golfe, Judo, desportos de ar livre e desportos de equipa)
 - Organização Social e Política
 - Geografia Humana e movimentos sociais
- Carta de condução

3.2 – Análise detalhada do Curriculum Vitae

A escolha para a realização de um mestrado em Economia, no ramo de Economia Regional e Desenvolvimento Local, está directamente relacionada com o desempenho da minha actividade profissional e que se traduz em 20 anos como funcionário de uma autarquia local (Município da Moita), como técnico superior e dos quais 17 anos exercendo funções de dirigente.

Toda a minha vida profissional tem estado directamente relacionada com as problemáticas do desenvolvimento regional, na medida em que a autarquia em que estou, se enquadra num território com características bem definidas e com problemas crescentes em termos de desenvolvimento, esse território denominado Península de Setúbal, que está integrado na Área Metropolitana de Lisboa.

Aquando da conclusão do meu curso, e depois de uma fugaz passagem pelos seguros (Tranquilidade Seguros) e pelo IFADAP como analista de projectos na área das pescas ao abrigo de regulamentos comunitários, em vigor na altura e que se direccionavam à modernização de embarcações de pesca, bem como ao seu abate, fui convidado a ingressar na Câmara Municipal da Moita, para prestar apoio directo à Directora de Departamento de Administração e Finanças (21 de Outubro de 1991).

No apoio à Directora, as minhas funções passavam pelo controle da despesa, bem como acompanhamento financeiro das obras financiadas por fundos comunitários e respectivos reportes às unidades de gestão dos fundos, que neste caso estavam centralizados numa estrutura denominada OID/PS (Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Estes anos foram muito profícuos em desenvolvimento de obras estruturantes em todos os concelhos, a que a Moita não ficou indiferente, até pelo facto de os fundos comunitários em especial o FEDER tinham verbas volumosas, em especial foram feitos parques municipais em áreas degradadas, arranjo da zona ribeirinha (na Moita tem uma extensão de 20 km) , bibliotecas e vias rodoviárias. Foram anos de profunda transformação do concelho e que o dotou com um conjunto vasto de equipamentos que criaram condições para o desenvolvimento que se veio a registar. A minha participação neste processo traduziu-se no controle financeiro de todos os investimentos e participação nas reuniões de decisão.

Ao fim de seis meses nestas funções, fui convidado a coordenar a então Divisão de Desenvolvimento Económico (Abril de 1992), que tinha como principais responsabilidades:

- Gestão dos mercados fixos e de venda ambulante do concelho;
- Licenciamento de todas as atividades económicas do concelho, através da emissão de certidões ou de alvarás (caso se aplicasse) de abertura, concessão de horários;
- Licenciamento da publicidade e ocupação de via pública no concelho;
- Gestão do posto de turismo e ligação com a então Região de Turismo da Costa Azul;
- Fiscalização municipal para as atividades económicas;

Ao ser coordenador da divisão (dado que não podia ser nomeado chefe de divisão por não possuir tempo de serviço, nem pertencer ao quadro do município), passei a ter funções de dirigente e a participar ativamente na gestão do município e com poder de decisão, dentro da divisão que coordenava.

Tendo em conta características pessoais de grande proactividade, reorganizei todo o serviço, no sentido de ser mais direccionado ao serviço ao munícipe e com preocupação da Câmara ser um verdadeiro veículo de desenvolvimento económico e gerador de uma economia local.

Aliado ao facto de o concelho estar em profunda transformação, a divisão de desenvolvimento económico passou a ser um actor efectivo na gestão do município senão vejamos, entre 1992 e 1997 (data em que se procedeu a uma alteração da estrutura orgânica da Câmara), participei e coordenei a substituição de 3 mercados municipais, nos principais polos urbanos do concelho (Moita e Baixa da Banheira norte e sul), por mercados mais modernos e equipados à época, com todas as condições necessárias para o exercício da atividade dos vendedores que foram transferidos do mercado anterior e criou condições para atrair novos empresários de produtos alimentares, que elevaram e muito a qualidade dos produtos oferecidos no concelho, acrescido ao facto de influenciar os que já vendiam a melhorar as suas condições.

Inaugurou-se o Pavilhão Municipal de Exposições, construído através de fundos comunitários e que veio dotar o concelho de condições para a realização de eventos de natureza económica e social, tornando-se em poucos anos como o principal espaço de feiras no distrito de Setúbal e com uma programação anual variada, assunto que voltaremos mais à frente.

Neste período, agilizou-se também todos os procedimentos administrativos de forma a facilitar o acesso dos munícipes e investidores do concelho, tornando mais rápida a tomada de decisão, que na sua maioria era tomada a nível da divisão e por conseguinte por mim, por delegação de competências do vereador a quem está atribuído o pelouro.

Iniciaram-se os trabalhos a nível do posto de turismo e abriu-se o posto de turismo a um conjunto de informação variada de índole turística, social, económica, além de permitir a utilização do posto de turismo para eventos de apresentação de empresas ou de projectos.

A minha entrada para o quadro do município dá-se em 1994 e continuei como coordenador da divisão de desenvolvimento económico.

Na sequência do trabalho realizado e dos bons resultados obtidos a Divisão de Desenvolvimento Económico, aquando da reestruturação da estrutura orgânica da Câmara Municipal da Moita (1997), é criada a Divisão de Actividades Económicas e Turismo (DAET), alargando as suas competências, bem como a sua participação na tomada de decisão do município.

Da anterior divisão saiu a fiscalização e foi criado o gabinete de apoio ao empresário, mantendo-se todas as outras áreas, ficando a estrutura da divisão com a seguinte organização;

- Gabinete de Apoio ao Empresário
- Gabinete de feiras e exposições
- Licenciamento
- Gabinete de turismo
- Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

- Sector de mercados

A divisão constituída nesta reorganização contém em si serviços totalmente direccionados ao exterior, ou seja, com interação directa com os municípios, que faz com que se torne uma das divisões fundamentais para promover o desenvolvimento local e contribuir para um esforço regional de afirmação de um distrito que ao longo dos anos passou por fase complicadas e com graves problemas sociais.

Foi pois este o desafio que me foi proposto – dar massa crítica a uma estrutura recente e afirmação - o concelho da Moita como um pólo de actividade económica e gerador de sinergias com outros concelhos para a consolidação de um desenvolvimento regional estruturado e o mais homogéneo possível, salvaguardando as devidas diferenças entre os diferentes municípios.

O Gabinete de Apoio ao Empresário, projecto da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), agora denominada AMRS (Associação de Municípios da Região de Setúbal), alteração por força da península de Setúbal ter integrado a Área Metropolitana de Lisboa, foi desenvolvido através de uma equipa de técnicos das varias autarquias, da qual tive o prazer de participar activamente, considerando-me assim como um dos fundadores do mais emblemático projecto das autarquias direccionado às empresas e com o qual as autarquias criaram uma rede para o apoio aos empresários, contando também com protocolos com entidades publicas e privadas de forma a agilizar processos e simplificar procedimentos das autarquias para com os empresários de forma a promover o investimento e por conseguinte a criação de emprego.

Na sua génese, pretendia-se que o empresário ao dirigir-se a um município, tivesse um “gestor municipal” que acompanhasse toda a fase do licenciamento e contribuisse para a simplificação de procedimentos e encaminhamento para instituições financeiras ou outras que pudessem apoiar o investimento.

Foram abertos gabinetes em praticamente todos os concelhos do distrito de Setúbal à excepção de Almada e Montijo.

No caso do gabinete aberto pelo município da Moita e do qual fui responsável desde a primeira hora (1998-2009), procurámos sempre em articulação com as entidades ou associações

empresariais, desenvolver um conjunto de iniciativas essencialmente direccionadas a empresários do concelho ou distrito. Exemplo disso são:

- Jornadas da construção civil e imobiliário em parceria com a AECOPS (Associação de empresas de Construção e obras Publicas) integradas numa feira denominada CIMOBI.

- Ações de formação e sensibilização de todos os empresários dos mercados municipais, direccionadas à melhoria do exercício da sua atividade em áreas como; higiene e segurança alimentar, higiene e segurança no trabalho, técnicas de vendas, marketing, contabilidade e fiscalidade. Trabalho este feito em parceria com o CECO (Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins) e CFPSA (Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar).

- RB + - Programa de Requalificação e Modernização da restauração e Bebidas do concelho da Moita, programa inovador e único em Portugal, totalmente pensado e desenvolvido por mim e técnicos que comigo trabalhavam, em parceria com as seguintes entidades nacionais, tais como; IEFP/ Centro de formação do Seixal, CECO, CFPSA, , ARESP (Associação da Restauração e Similares de Portugal), ACSBM (Associação de Comercio e Serviços Barreiro e Moita), Autoridade de saúde do concelho da Moita.

Programa que tinha como objectivo envolver os empresários do sector da restauração e bebidas para a sua qualificação profissional, bem como modernização das instalações e na prestação de serviço, decorreu durante os anos de 2008 e 2009, deixando de existir após a minha saída da divisão e, ao longo de tempo, formou cerca de 400 pessoas e modernizou cerca de 100 estabelecimentos do concelho, contribuindo decisivamente para uma melhoria substancial do serviço prestado no concelho e na dinâmica da própria atividade atraindo novos empresários e novos clientes ao concelho.

Além destas actividades, o gabinete de apoio ao empresário, participou ativamente no processo de revisão do plano director do concelho da Moita, em especial no que diz respeito à definição de áreas empresariais e expansão de parques industriais, bem como na reconversão de áreas industriais antigas.

O gabinete de feiras e exposições tem como principal responsabilidade a gestão e manutenção do Pavilhão Municipal de Exposições, estrutura inaugurada em 1992, a minha responsabilidade vem desde a sua inauguração e procurei sempre pôr o pavilhão ao serviço dos empresários e promover eventos que pudessem proporcionar novos negócios ou trazer novos empresários para o concelho.

O facto é que de 1992 a 2009, o Pavilhão Municipal de Exposições foi a única estrutura no distrito de Setúbal, com um calendário permanente durante todo o ano com as mais diversas actividades, desde feiras de nível nacional, eventos regionais e eventos locais. Ao longo dos anos, que fui responsável pelo pavilhão realizaram-se cerca de 80 eventos de organização directa da DAET, das quais destaco 18 edições da feira da vaca leiteira (a mais expressiva em Portugal, com visita de varias delegações internacionais), 12 edições da feira equestre (claramente a melhor feira em dimensão e qualidade a seguir à feira nacional do cavalo na Golegã), 16 edições da FECCI – Feira comercial e Industrial (feira aberta a expositores de todo o país com as mais variadas actividades, esteve sempre esgotada em termos de espaço alugado com cerca de 4000 m² de área de exposição), 6 concursos caninos nacionais e 6 concursos caninos internacionais (participação de canicultores de todo o País e Europa), 2 edições da CIMOBI – Feira da construção e imobiliário (feira com produtos e serviços para o sector da construção e imobiliário), 7 edições da EXPOARTE - Feira de artesanato (feira que reunia artesãos e empresários de artesanato de todo o país), entre outros eventos de cariz mais regional. Ao longo destes anos o pavilhão municipal de exposições, foi sempre um polo de encontro entre os mais diversos agentes do desenvolvimento do concelho e concelhos limítrofes, em contacto com outras realidades nacionais e internacionais. Dos eventos realizados resultaram inúmeros negócios e alguma fixação de empresas.

Na área do licenciamento que tinha como responsabilidades o licenciamento e cobrança de taxas referentes aos estabelecimentos comerciais e agentes económicos do concelho, existiu sempre a preocupação da simplificação administrativa, tendo desenvolvido um projecto de consolidação do processo único (reunia toda a informação e licenciamentos afectos a uma determinada morada), o que reduziu em muito o prazo de satisfação do munícipe e agilizou os processos internos.

O gabinete de Turismo, instalação independente da divisão foi objecto de um projeto de remodelação que passou a permitir a realização de exposições e eventos, tais como seminários

ou apresentação de produtos, tornou-se assim um espaço ao serviço do munícipe e proporcionou uma melhor afirmação do concelho.

O sector de mercados tem como responsabilidade a gestão e manutenção de todos os mercados do concelho em número de 7, assegurando a sua abertura e condições de salubridade e de venda para os seus empresários e por conseguinte garantir ao munícipe um serviço de qualidade. Sob a minha coordenação, foram construídos ao longo dos anos, 4 mercados novos em que foi necessário proceder à transferência dos vendedores e criar nova regulamentação. Em resultado da melhoria substancial das condições oferecidas nos mercados, registou-se a fixação de novos vendedores do concelho e de outras regiões do País, que elevou em muito a qualidade dos produtos vendidos e a melhoria significativa do serviço ao munícipe.

Além da minha chefia de divisão, estive sempre envolvido em representação do município nas mais variadas atividades e em especial ao nível da AMDS e da AML (Área Metropolitana de Lisboa) e ainda na região de turismo.

A nível profissional tive também entre os 30 e os 40 anos uma fase de empreendedor na qual criei vários negócios, alguns dos quais ainda mantenho nos dias de hoje, negócios que passam pela organização de eventos, mobiliário de escritório, grossista de material de papelaria e escritório e ainda gestão desportiva.

Praticamente desde que conclui a licenciatura, e depois de uma experiência no ensino secundário, tenho tido a actividade de consultor de empresas e formador, em especial nas áreas de gestão, marketing e gestão Estratégica. Esta actividade permitiu-me desde 1997 e com visitas dispersas no tempo, a ida ao continente africano, em especial Angola e Moçambique, onde participei em ações de formação e projectos de desenvolvimento económico e de reestruturação dos serviços do Estado em Luanda, Benguela e Lunda Sul em Angola e Maputo em Moçambique.

Ao nível da minha formação, tive ao longo do tempo a preocupação de complementar sempre a perspectiva pública com a privada, de forma a poder obter uma visão mais objectiva e uma percepção mais correcta das decisões e da realidade em que vivemos. Nesse sentido, após a conclusão da licenciatura em Economia na Universidade de Évora com 12 valores, que me traz as melhores recordações, conclui a pós graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional com 15 valores, também na Universidade de Évora, dado que já

trabalhava no sector público senti a necessidade de me complementar com áreas mais direccionadas ao mundo das empresas e dos negócios e assim conclui a Pós graduação em Estratégia e Desenvolvimento Empresarial no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa), com 15 valores, que era a componente lectiva do mestrado com o mesmo nome.

Tomando o gosto pela área da gestão e de forma a ter um conhecimento mais transversal da mesma, conclui o MBA (Master Business Administration) em gestão no ISCTE, com 14 valores. Após alguns anos de interregno nos estudos e, tendo em conta a minha atividade profissional no município com muito contacto com a decisão política, bem como a perspectiva que com o mundo globalizado as relações das instituições devem ter esse alcance, matriculei-me no mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na qual conclui a Pós Graduação respeitante à componente lectiva do mestrado com 15 valores, não concluindo o mestrado e tendo sido convidado para o doutoramento, no qual me matriculei e conclui o curso de doutoramento, conducente à obtenção de grau de Doutor com 17 valores. Neste momento, estou a desenvolver a tese de doutoramento na área da cooperação internacional e desenvolvimento económico, em especial através de governos locais (municípios).

Ao longo da minha vida profissional fui recebendo a mais variada formação profissional sobre temas quer na lógica do serviço público, quer da gestão, no entanto gostaria de destacar dois, que foram fundamentais para a obtenção de conhecimento na área do desenvolvimento regional e economia local; Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) que foi ministrado pelo CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) concluído com 14 valores e o outro curso de Promoção da Actividade dos Agentes de Desenvolvimento ministrado pela CCDR-LVT (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e vale do Tejo).

4 - Conclusão

Num mundo globalizado, o estabelecimento de parcerias e de trabalho em rede é hoje uma realidade que rapidamente deve ser integrada no discursos e na prática política de quem tem responsabilidades de promover o desenvolvimento económico e social de uma Pais, região, município ou freguesia. Ou seja, quem está mandatado para exercer o poder em nome de outros, deve procurar as melhores e as mais exequíveis soluções para a melhoria de vida das populações e, com isso, contribuir decisivamente para o desenvolvimento económico do País.

Num contexto globalizado e competitivo, em que o território é reinventado enquanto plataforma de promoção do desenvolvimento, são as potencialidades de cada território o principal instrumento com que os decisores políticos podem contar para a sua inserção internacional.

A internacionalização é assim um dos caminhos que pode gerar desenvolvimento e relançar a economia local, através de novas práticas políticas e desenvolvimento de projectos em parceria.

Os governos locais terão no futuro de se assumir como actores na cena internacional, projectando as suas potencialidades numa lógica de atrair parceiros e ter a imaginação suficiente para capitalizar conhecimentos e influências a nível internacional.

Outra questão fundamental é a capacidade de criar estruturas de serviços para o estabelecimento e desenvolvimento das relações internacionais, com vista à captação de recursos financeiros e candidaturas a projectos financiados para desenvolver parcerias em especial no contexto europeu através do programa “ Europa para os cidadãos 2014-2020”, programa este já em elaboração e onde as estruturas europeias de governos locais devem ter uma palavra de forma a aligeirar procedimentos e alargamento do seu âmbito de intervenção.

A nível mundial e face à proliferação de organizações internacionais, de apoio aos governos locais, os municípios portugueses devem estimular a sua participação em redes internacionais, especializadas ou não, alargando o âmbito geográfico com outras partes do planeta, além da Europa e África, continente em que os governos locais

portugueses desenvolvem basicamente uma cooperação para o desenvolvimento, numa lógica norte – sul, em que é questionável os ganhos comuns, mas sim uma cooperação de uma direcção. O que pretendemos é que os governos locais ao transformarem-se em atores internacionais, tenham sempre subjacente uma lógica “*win-win*”, em que todas as actividades de cooperação possam gerar ganhos comuns, quer sejam económicos, sociais ou culturais.

A internacionalização assente em processos de gemação, não pode ser só a participação do rancho folclórico ou umas viagens institucionais, mas deve ser um processo de partilha de experiencias e de desenvolvimento de projectos comuns, gerando investimentos, criando negócios, parcerias entre escolas com troca de estudantes e professores, estimular o turismo através de programas específicos para os habitantes dos territórios envolvidos, procurar acordos na área da saúde apoiando-se mutuamente para um melhor serviço à população, consolidação de políticas comuns na área do ambiente através de troca de técnicos e participação activa dos mesmos nos projectos de cada governo local envolvido, existe portanto todo um caminho que falta percorrer neste processo de internacionalização, muitas vezes com financiamento disponível que os governos locais não aproveita por inercia ou falta de visão.

A UE tem também um papel fundamental, pois se entende que as gemações e as redes de governos locais, são um dos pilares da construção europeia e de afirmação do espaço europeu, então deve ser mais exigente e estimular com mais qualidade e abrangência territorial o desenvolvimento destes projectos e junto dos governos nacionais desenvolver políticas de estímulo, para que sejam os próprios a estimular os governos locais a envolverem-se em processos de internacionalização com vista a promover um maior desenvolvimento económico de cada território per si e por conseguinte de toda a europa e o mundo, como um espaço para viver melhor e com a melhor qualidade de vida possível.

Ao longo da minha vida profissional é este o entendimento que tenho tido, sempre projectando e procurando parcerias internacionais para que o município da Moita pudesse ter uma outra visão do mundo e que os seus responsáveis políticos, pudessem ter alternativas para a consolidação do seu território e por conseguinte a melhoria de vida da população. Foi assim nos eventos, foi assim na participação activa do município

em redes de governos locais a nível nacional e internacional e na perspectiva de perceber e aplicar sempre o conhecimento das melhores práticas a nível nacional e internacional.

Concluo então manifestando a minha convicção que o desenvolvimento regional e local, não pode seguir só uma logica de vizinhança, mas sim uma lógica internacional e que os governos locais serão actores fundamentais para a consolidação de uma economia mais sustentável e de acordo com as expectativas das populações, gerar desenvolvimento local e nacional.

ANEXOS